

## A influência exercida pela Religião na História

Ana Carolina Greco PAES<sup>1</sup>  
Sérgio Tibiriçá AMARAL<sup>2</sup>

**RESUMO:** Uma breve análise histórica da religião. Os aspectos positivos e negativos, entre os momentos históricos analisados estão o nascimento do cristianismo a Santa Inquisição, as Cruzadas, o protestantismo, e a origem de cunho religioso dado aos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Religião, Cristianismo, Santa Inquisição, Cruzadas, Protestantismo, Direitos Humanos.

### 1 INTRODUÇÃO

No presente artigo o tema religião foi abordado sob a ótica de seus efeitos no decorrer da história. A religião legitimou vários fenômenos históricos, dentre os quais foram analisados o Cristianismo, a Santa Inquisição, as Cruzadas, o Protestantismo e o aspecto religioso que influenciou a criação dos Direitos Humanos.

A religião possui o poder de legitimar todo tipo de ação, tanto aquelas que podem ser consideradas positivas para a humanidade como por exemplo os Direitos Humanos que influenciam o direito diretamente. Como também torna “santa” uma guerra, a exemplo das cruzadas, onde em nome de Deus uma guerra foi feita com a intenção de também propagar a religião.

A religião também foi objeto de perseguição da mesma forma que foi agente a mesma perseguição. Em um dado momento da história, logo no início do

---

<sup>1</sup> Discente do 4º ano do curso de Direito das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente-SP – karol\_324@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Direito e Orientador do trabalho. Docente do curso de Direito das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente-SP – sergio@unitoledo.br

cristianismo em nome da religião, perseguiu, e se foi perseguido. Essa é outra faceta da religião, em nome do seu ideal é legítimo qualquer ação. Seja ela matar, confiscar bens, torturar tal como ocorreu na Santa Inquisição, seja também propagar a cultura, alfabetização para que o acesso as escrituras fosse possível, ou se não romper com a Igreja em nome de estabelecer um governo democrático onde a voz do povo também fosse ouvida, e até viabilizar a criação de um sistema econômico tal como ocorreu devido a reforma protestante que teve todos esses aspectos positivos e viabilizou o capitalismo.

A religião envolve alguns indivíduos diariamente, orientando seu modo de viver; se comportar; agir em todos os âmbitos: seja na família, no trabalho, nas relações sociais, entre outros.

Nesse sentido de forma muito clara Antônio Marujo, jornalista português, vencedor de vários prêmios ligados ao jornalismo, onde trata da religião afirmou:

“Como encarar então o papel das religiões nas guerras que nos atormentam? Várias religiões vivificaram no meio do conflito [e refiro-me, aqui, essencialmente aos monoteísmos que mais influencia(ra)m a nossa cultura]: o monoteísmo judaico nasceu entre guerras de tribos e povos de uma região (radica aí uma das razões do atual conflito israelo-palestiniano); o cristianismo funda-se num ato violento, e mais tarde, irá afirma-se – sobretudo depois da institucionalização como religião do Império, com Constantino – violentamente contra a diferença (combate às heresias, Cruzadas, Inquisição); o islã afirma, logo no Alcorão, a sua primazia sobre qualquer outra religião; é o islã a religião verdadeira, que deveria prevalecer «sobre todas as religiões» (Alcorão 9,33). E virá a consubstanciar esta ideia nas guerras de expansão dos primeiros séculos da sua implantação. A par deste lado de violência que tantas vezes atravessou as religiões, há também uma afirmação clara, desde o início, dos valores da paz e da fraternidade. Propõe-se o amor ao próximo, o perdão dos inimigos, fala-se do povo eleito de Deus, da ‘ecclesia’ cristã ou da «umma» islâmica como comunidade dos crentes.” (Barreto, pag. 11)

Dessa forma tomando por base os momentos históricos acima descritos, será feita uma análise do impacto que a religião causou em cada um desses momentos e de que forma legitimou e tornou os tornou possível. Tal análise será feita não somente com base nos fenômenos culturais e das ciências sociais como também na perspectiva dos Direitos Humanos.

## 2 A RELIGIÃO

A religião é um tema difícil de ser definido, primeiro por ser um aspecto subjetivo do ser humano, e também porque a religião existe desde sempre. Pode ser vista como fenômeno, sociológico, antropológico, social, cultural e do direito. Não há como pontuar o início da religião. De maneira semântica o dicionário Aurélio assim a define: “Religião sf. 1. Crença na existência de força ou forças sobrenaturais. 2. Manifestação de tal crença pela doutrina e ritual próprios. 3. Devoção (2).” (Aurélio fl.. 471)

Além da semântica, extrai-se de cada ser humano que a religião pode ter origem em diversas necessidades ou características, tais como: o medo do futuro. É a necessidade que o ser humano tem de saber o que lhe ocorrerá no futuro, na vida após a morte. Pode ser no próprio costume passado por meio das gerações, dessa forma o indivíduo internaliza a religião aceitando assim sua influência sobre a vida. Outros dizem que a religião é intrínseca ao homem. O fato de não ter como dizer quando a religião nasceu é um dos argumentos usados para defender esta tese. C.S. LEWIS filósofo inglês assim entende. Para ele há uma moral internalizada, dada por Deus que faz com que os seres humanos tenham algo em comum, independente de assumir esse fato ou não. Dessa forma eles se ligam criando a religião como um fenômeno social (tese essa defendida por Emile Durkheim).

“Muitas pessoas já tentaram definir religião, buscando uma fórmula que se adequasse a todos os tipos de crenças e atividades religiosas – uma espécie de mínimo denominador comum. Existe, naturalmente, até um risco nessa tentativa, já que todos os tipos de crenças e atividades religiosas podem ser comparadas. Esse é um ponto em que nem todos os crentes concordam: eles podem dizer, por exemplo, que sua fé se distingue de todas as outras por ser a única religião verdadeira, ao passo que todas as outras não passam de ilusão, ou, na melhor parte das hipóteses, são incompletas. Há também pesquisadores cuja opinião é que o único método construtivo de estudar as religiões é considerar cada uma em seu próprio contexto histórico e cultural. Contudo, há mais de um século os estudiosos da religião tentaram encontrar traços comuns entre as religiões. O problema é que eles interpretam as semelhanças de maneiras diferentes. Alguns as consideram resultado do contato e do intercâmbio entre grupos raciais; segundo eles, as diferentes fés e ideias se espalharam do mesmo modo que outros fenômenos culturais, como a roda e o arado. Outros pesquisadores fazem comparações a fim de descobrir o que caracteriza o conceito de religião em si.” (Gaarder, fls. 16 e 17)

Interessante observar a maneira como Arthur Orlando caracteriza a religião, não há como afirmar com certeza de onde ela vem, mas o que se mostra mais lógico é que a religião transcende o ser humano.

“A religião não é uma invenção humana, uma invenção que o homem possa fazer e desfazer à vontade; ela foi dada com a inteligência humana, ela é uma função da razão, tanto assim que cada síntese religiosa é menos criação de um profeta que de seus precursores, apóstolos, discípulos e fiéis.

Sob o ponto de vista social, porém, a religião é menos uma filosofia que uma moral. Não é aquele que mais pensa no absoluto ou no infinito que melhores provas dá de sua religiosidade, e sim aquele que maior soma de bem pratica.

O esforço intelectual, que produz a ciência, e o sentimento profundo, que gera a religião, nascem de uma mesma fonte, e tendem para um mesmo fim. É assim que a verdade e a piedade não se excluem, dão-se as mãos.”  
(Barreto, fl. 11)

Fica claro que o conceito da religião em concreto depende do ponto de vista daquele que a analisa, e sobre que religião omite uma opinião. De uma maneira simples e bem ampla, a definição que pode ser um denominador comum da religião é que religião é uma crença em algo. Até porque é exatamente o crer que liga o homem a esse sentimento. Se não houver crença em algo, não há fé, não há atitude em nome da religião, o máximo que pode haver sem a crença é o estudo da religião porém, esse estudo será feito tomando como base indivíduos que creem em algo exatamente por isso possuem um sentimento religioso.

Por fins didáticos, nesse artigo será observado o que disse Thomas Hobbes acerca da religião. Para ele a religião se dá por três fatores e são eles:

Começa sua teoria com a afirmação de que todos os homens possuem a curiosidade de entender porque os eventos lhe acontecem, alguns mais outros menos, mas todos os homens tem a necessidade de ter essa duvida sanada. Qual o motivo de infortúnios, das dádivas terem lhe acontecido.

Em segundo lugar afirma que o homem sabe que toda causa tem um começo, tem um motivo por qual ela aconteceu, o homem é levado a pensar que o acontecimento “teve também uma causa, que determinou esse começo no momento em que o fez, nem mais cedo nem mais tarde.” (Hobbes, pag.67)

Em terceiro lugar o homem é dotado de inteligência, dessa forma ao observar como um evento foi produzido consegue interligar suas consequências e seus

anteriores. E ao perceber que não é possível descobrir o que de fato fez com que tais eventos ocorressem supõe causas para eles “quer as que lhe são sugeridas por suas próprias fantasias, quer as que aceita da autoridade de outros homens, aos quais considera seus amigos e mais sábios que ele próprio.” (Hobbes, pag. 67)

“Os dois primeiros motivos dão origem à ansiedade. Pois quando se está certo de que existem causas para todas as coisas que aconteceram até agora ou no futuro virão a acontecer, é impossível a alguém que constantemente se esforça por se garantir contra os males que receia, e por obter o bem que seja, não encontrar em eterna preocupação com os tempos vindouros.

Este medo perpétuo que acompanha os homens ignorantes das causas, como se estivessem no escuro, deve necessariamente ter um objeto. Quando, portanto, não há nada que possa ser visto, nada acusam, quer da boa quer da má sorte, a não ser algum poder ou agente invisível. Foi talvez nesse sentido que alguns dos antigos poetas disseram que os deuses foram criados pelo medo dos homens, o que quando aplicado aos deuses (quer dizer, aos muitos deuses dos gênios) é muito verdadeiro. Mas o reconhecimento de um único Deus eterno, infinito e onipotente pode ser derivado do desejo que os homens sentem de conhecer as causas dos corpos naturais, e suas diversas virtudes e operações, mais facilmente que do medo do que possa vir a acontecer-lhes nos tempos vindouros. Pois aquele que de qualquer efeito que vê ocorrer infira a causa próxima e imediata desse feito, e depois a causa dessa causa, e mergulhe profundamente na investigação das causas deverá finalmente concluir que necessariamente existe (como até os filósofos pagãos confessavam) um primeiro motor. Isto é, uma primeira e eterna causa de todas as coisas, que é o que os homens significam com o nome de Deus. E tudo isto sem levar em conta a sorte, por cuja preocupação se produz nos homens uma tendência para o medo, desviando-os, ao mesmo tempo, da investigação das causas das outras coisas, dando-lhes assim ocasião de inventar tantos deuses quanto forem os homens que os inventem.” (Hobbes, fls. 66/67)

Possível observar que Deus é, em alguns casos, uma necessidade do homem, sendo assim a religião além de ser uma crença, é também o veículo que vincula um deus ao homem. Nesse caso deve se entender deus não somente como o Deus Único, mas como qualquer outra força que o homem possa ter como divina, ou superior a ele, alguns entendem que esse deus está na natureza, outros que esse deus é uma energia, seja qual for à concepção de deus, a forma mais acertada de definir religião nesse caso é como aquilo que liga o homem a deus. É o liame entre ambos, embora existam aquelas ateus que não acreditam em nada que não possa ser provada cientificamente, e nesse sentido é possível extrair que o ateu de certa forma coloca a ciência como um deus, haja vista que apesar de só aceitar aquilo que a ciência pode provar, ele entende que a ciência é maior que ele, dessa forma só acredita no que ela pode provar. Há ainda os Gnósticos que são a síntese

de suas experiências, mas ainda assim colocam a experiência como seu deus. Dessa forma tudo o que é colocado superior ao homem é o seu deus.

### **3. A RELIGIÃO COMO INSTRUMENTO NA HISTÓRIA**

A religião possui várias facetas. Pode ser usada de inúmeras formas para legitimar inúmeras ações e até mesmo guerras e lutas. Já foi determinante como instrumento que tornou viável alguns momentos tristes da história tais como: as Cruzadas, a Inquisição, a Reforma Protestante, entre outros.

Para que haja uma visão ampla do que foi explanado acerca da religião é necessário voltar à história como subterfúgio para embasar a afirmação de que a religião pode ser um instrumento de grande poder para alienar e conduzir o povo a todo o tipo de barbárie, e não há que se deixar de lado o fato de que o contrário também é verdadeiro, a religião da mesma forma que pode ser usada como um instrumento para ações inescrupulosas pode dar ao indivíduo sentimentos tidos como nobres; tais como a compaixão, a caridade, o altruísmo, a abnegação em favor do próximo.

Como ponto de partida será analisado como a religião se desenvolveu através da constituição das primeiras igrejas cristãs.

“Naquele tempo, uma igreja cristã era comumente vista como um pequeno grupo de crentes vivendo no meio de uma grande comunidade pagã. Na sua maioria, o grupo era composto de pessoas pobres e escravos. Temos informações de que Ana Igreja de Roma alguns crentes faziam parte da classe mais alta. Era uma exceção.”(de Melo, pag. 26)

A escolha do Cristianismo se deve ao fato que o Império Romano, que durou 12 séculos teve essa religião como oficial. Além disso, com o fim de Roma, a Europa teve influência muito forte da Igreja Católica Apostólica Romana.

Tendo em vista que a religião é uma crença que serve para religar o homem a deus, sendo a religião mero instrumento para exteriorizar os pensamentos que o homem tem em relação a seu deus, pode-se dizer que a igreja foi utilizada como instrumento a serviço da religião. O foco será nos tempos que vieram depois de Cristo para que seja mais clara a explanação em relação ao domínio que a religião exerceu por meio da Igreja Católica Apostólica Romana na pessoa de seus governantes durante a história em face do povo.

### **3.1 A religião do oriente antigo**

É necessário ter uma noção geral de como era a religião no Oriente nos tempos antigos, entende-se com oriente antigo o que atualmente é conhecido como oriente médio, ou seja, o Iraque, parte do Irã, parte da Turquia, Síria, Líbano, Israel e Egito. E em relação à Idade Antiga, tem-se que a mesma é longo período de tempo, entre 3.500 a.c. até 476 d.C. quando houve a queda do Império Romano do Ocidente.

O Oriente foi quem mais influenciou o mundo em relação as religiões, de lá foram estabelecidas as principais religiões. O quadro religioso da época era essencialmente politeísta. De uma maneira geral a religiosidade dos povos orientais tem como berço a religião egípcia, religião essa politeísta.

Os egípcios adoravam alguns animais tais como gato, crocodilo, o escaravelho e o boi. Havia também divindades híbridas com corpo humano e cabeça de animal, era o caso de Hator (a vaca), Anúbis (o chacal), Hórus (o falcão protetor do faraó).

“A existência dos deuses satisfazia à ânsia do homem em ver atendidas suas próprias aspirações e ao mesmo tempo afastava seus temores íntimos. Protetores da água, da chuva, da colheita, das plantas, dos pescadores, eram todos cultuados por formas que iam desde o incenso até ao sacrifício de animais e homens, tudo com intenção de conseguir suas boas graças. Os próprios governantes se revestiam de caracteres divinos a fim de serem mais respeitados. Paralelamente à instituição religiosa, estruturaram-se os sacerdotes, uma camada fechada que cresceu em praticamente todas as civilizações antigas. O clero ocupava uma posição social e econômica privilegiada, influenciando o governo e o povo.” (Arruda, pag. 17).

Quanto aos gregos, povo extremamente criativo, que possuía grande cultura em relação à arte, havia a tradição dos jogos que eram aclamados pelo povo, o mesmo refletia na religião, havia uma gama de deuses que eram adorados. Sua religião era antropomórfica (os deuses eram semelhantes aos homens, na verdade os deuses gregos possuíam características humanas, tanto as virtudes quanto os defeitos). Alguns deuses gregos eram: Héstia (deusa do lar), Deméter (deusa da agricultura), Hera (esposa de Zeus), Poseidon (senhor dos mares), Hades (senhor dos infernos) e Zeus (senhor dos deuses), Ares (deus da guerra), Afrodite (deusa do amor), Febo (deus da luz e das artes), Artêmis (deusa da caça), Hefáistos (deus do fogo), Hermes (deus da comunicação).

“A mitologia grega descrevia a origem dos deuses e homens da seguinte forma: da união de Urano (Céu) e Gaia (terra) nasceram os Titãs, os Ciclopes e os Gigantes. O mais novo dos Titãs, Cronos, destronou Urano e, para evitar que o mesmo lhe acontecesse, passou a devorar seus filhos. Mas Rea, sua esposa salvou o último filho, Zeus, escondendo-o numa caverna. Zeus destronou seu pai, obrigando-o a restituir à vida os filhos devorados e confinando-o, em seguida, no inferno junto com seus aliados, os outros Titãs. Começou então o gigantomaquia (Guerra dos Gigantes), da qual Zeus saiu-se vencedor e senhor supremo do mundo.” (Arruda, fl.37).

Já a religião Romana não comportava dogmas. Era uma religião tradicional, prática e imediatista. Possuía culto aos antepassados, culto dos deuses públicos, acreditavam em manifestações divinas através da natureza; seus deuses eram basicamente os mesmo deuses gregos, porém com nomes latinos. Assim, Zeus, tornou-se Júpiter; Poseidon, Netuno; Afrodite, Vênus; Febos, Apolo e assim por diante. Com as conquistas Romanas na Grécia e Oriente Próximo, divindades orientais tais como Serápis, Isis e Mitra foram incorporadas a religião romana.

Em relação aos hebreus, o que mais chama atenção, é que nesse cenário politeísta esse foi o único povo que se manteve atrelado ao monoteísmo. Adoravam ao Deus Único o qual não ousavam nem pronunciar o nome, usavam outros termos para se referir a Ele. Não faziam desse Deus imagem ou escultura, ao contrário do que ocorria entre os outros povos. O Deus supremo era adorado com total reverência e inclusive influenciava na forma de governo e principalmente na forma como os hebreus deveriam viver deixando a eles os 10 mandamentos como código de conduta.



“Durante todas as vicissitudes da história hebraica, a religião foi o elo entre todos os judeus e assegurou a sobrevivência da nação israelita. Adotou-se uma série de práticas religiosas, como a guarda do sábado, a frequência à sinagoga, a circuncisão etc. De sete em sete anos, as dívidas eram perdoadas e os escravos libertados. Celebravam três grandes festividades religiosas: Páscoa (Êxodo do Egito), Pentecostes (recebimento dos Dez Mandamentos) e Tabernáculos (marcha dos hebreus pelo deserto). Toda a doutrina hebraica está contida no Velho Testamento e no Talmud.” (Arruda, pag.. 28).

Até então havia religiões com templos e diversos deuses que eram adorados, porém, houve na história uma mudança significativa em relação à religião, a ideia de Igreja começou a surgir após a morte de Jesus Cristo, dentro das profecias previstas na Bíblia dentro do plano de Jeová.

A igreja era como um corpo que vai além do estabelecimento. Antes nas religiões em geral havia um deus que sempre deveria ser adorado e o povo deveria sempre o agradar oferecendo sacrifícios entre outras condutas. Mas com Cristo veio uma nova concepção onde o povo é a Igreja, o Deus pregado por ele era um Deus trino diferentemente do que ocorria antes.

### **3.2 A história do povo hebreu.**

Para entender a história de Jesus Cristo e da religião cristã é necessário explicar a história de seu povo, o povo hebreu. O povo hebreu sempre viveu uma religião monoteísta enquanto todas as outras civilizações ao redor eram politeístas, tais como os egípcios, gregos, romanos, entre outros. O povo hebreu é tratado na Bíblia como o povo escolhido de Deus, sob este título muitos eventos marcantes ocorreram na história através desse povo. Conforme o livro de Gênesis (primeiro livro da Bíblia Sagrada) este povo já vivia em Israel, porém, uma grande fome assolou todo Israel e obrigou o povo a buscar refúgio no Egito, pois lá havia suprimentos – o Egito se preparou durante anos para enfrentar o período de escassez que viria. Na época o governador do Egito, aquele que auxiliava o Faraó,

era um Hebreu chamado José que intercedeu por seu povo para pudessem ficar no Egito e isso lhe foi concedido. Com a morte de José e com o novo faraó a situação dos hebreus tornou-se insustentável conforme descreve o relato bíblico:

“Ora, morreram José, todos os seus irmãos e toda aquela geração. Os israelitas, porém, eram férteis, proliferaram, tornaram-se numerosos e fortaleceram-se muito, tanto que encheram o país. Então subiu ao trono do Egito um novo rei, que nada sabia sobre José. Disse ele ao seu povo: ‘Vejam! O povo israelita é agora numeroso e mais forte que nós. Temos que agir com astúcia, para que não se tornem ainda mais numerosos e, no caso de guerra, aliem-se aos nossos inimigos, lutem contra nós e fujam do país.’”(Bíblia Sagrada – Êxodo 1,8-10).

De acordo com os relatos da Bíblia, no livro de Êxodo o faraó Egípcio estabeleceu sobre o povo grande servidão, nessa época, levantou-se um homem chamado Moisés, escolhido de Deus, como líder do povo empreendeu o êxodo do povo para o território que antes habitavam a palestina, que mais tarde passou a se chamar Israel. O povo hebreu vivia sobre o regime patriarca, porém quando o povo voltou para sua terra, houve a separação do povo em 12 tribos que foram governadas por Juízes.

Após os Juízes, que inclusive é um dos livros do Velho Testamento, houve novamente a mudança de governo e estabeleceu-se a Teocracia na figura de um rei que foi Saul, seu sucessor, Davi, foi quem primeiro determinou a construção de um templo. O templo se localizava em Jerusalém que se tornou a capital de Israel. (Arruda, pag. 27).

Em relação ao direito nessa época, segundo Norberto Bobbio a chamada “era dos deveres” Havia um código ditado pela moral que era instruída por Deus, aqui não se falava tanto em direitos, mas sim em deveres. O povo deveria cumprir tudo quanto fosse determinado, seguir a risca o padrão de conduta que lhes era destinado.

“No início, as regras são essencialmente imperativas, negativas ou positivas, e visam obter comportamentos desejados ou a evitar os não desejados recorrendo a sanções celestes ou terrenas. Logo nos vêm à mente os Dez mandamentos, para darmos o exemplo que nos é mais familiar: eles foram durante séculos, e ainda é, o código moral por excelência do mundo cristão, a ponto de serem identificados com a lei inscrita no coração dos homens ou com a lei conforme a natureza. Mas podem-se aduzir outros inúmeros exemplos, desde o Código de Hamurabi até a Lei das Doze Tábuas. O mundo moral, tal como aqui o entendemos – como o remédio ao mal que o homem pode causar ao outro –, nasce com a formulação, a imposição e a aplicação de mandamentos ou de proibições,

e, portanto ponto de vista daqueles a quem são dirigidos os mandamentos e as proibições, de obrigações. Isso quer dizer que a figura deôntica originária é o dever, não o direito.” (Bobbio, pag. 72).

Com base nesse mundo moral e nas leis estabelecidas por Deus houve um exemplo muito claro da influência que a religião exerceu na história, a Monarquia. A religião de certa forma instituiu o regime de governo monárquico na “era dos deveres”. Antes de explicar como isso aconteceu, é necessário caracterizar: forma de estado, de governo e regime de governo.

“A expressão forma de Estado indica a maior ou menor irradiação do poder político. Se este é centralizado ou centrípeto, temos o Estado unitário, caracterizado pela centralização politico-administrativa; se é descentralizado ou centrífugo, teremos o Estado federal, de nítida descentralização politico-administrativa. Em face disso as expressões Estados unitários e Estados federal indicam formas de Estado. Já a expressão forma de governo revela se o poder é exercido temporária ou vitaliciamente. No primeiro caso, teremos como forma de governo a República; no segundo, a Monarquia. Ora, em cada forma de governo democrática desenvolveu-se um peculiar relacionamento entre as funções executiva e legislativa. Tal relacionamento é chamado regime de governo, de modo que esta expressa afere qual o órgão que exerce a função governamental.” (Acquaviva, pag. 108).

Tem-se que a forma de governo tem reflexos na forma de Estado adotada, e vice e versa. A forma de Governo Monárquica como será visto, teve início em Adão e foi legitimada pelo poder divino a ele concedido.

“A História Sagrada nos ensina que Adão foi o primeiro monarca, a ele prestando obediência Seth e sua família. Os títulos de pais de família, de príncipes e de legisladores pertenceram aos patriarcas bíblicos. Os filhos de Heth (hititas) chamaram Abraão ‘senhor’ e ‘príncipe de Deus’ (Gênesis 23,6). A força de Moisés, investido na Justiça de Deus para castigar a abominação e a idolatria do povo; o poder absoluto de Josué em Socota; e em Fanuel, sem concelho popular nem confirmação por senadores, demonstram que Deus lhes confiara sua autoridade: ‘Per me Reges regnant, et Legum Conditores justa decernunt’ ou ‘Por mim reinam os reis, e os príncipes decretam leis justas’ (Provérbios 8,15). Isto significa que reinam os reis não por convenção humana ou capricho, nem por necessidade ou acaso, mas por Deus. Monarcas governaram egípcios, assírios, babilônios, medas, persas, gregos e macedônios. Entre os hebreus, a monarquia começou a se firmar no período dos juízes, consolidando-se com Davi e seu filho Salomão (1082 – 975 a.C.), que implantou a centralização do poder. O monoteísmo hebraico proibia a divinização do monarca, afirmando, por outro lado, que todo poder vem de Deus, como afirmavam os profetas.” (Acquaviva, pags. 132/132)

Em relação à monarquia, extrai-se que essa forma de governo foi instituída por Deus, ou seja, uma vez que a religião é quem faz a ligação entre o homem e Deus, é possível afirmar que a religião tornou viável a criação da

monarquia. O sentimento religioso de que havia um Deus supremo, protetor, cuidador, zeloso que cuidava do seu povo e tinha o melhor para ele, foi traduzido em uma forma de governo onde esse próprio Deus instituía seus escolhidos para que conduzissem o povo da forma como Ele entendia ser a melhor, mas os governantes instituídos por Deus nunca poderiam ter para si o título de Deus, eles não eram representantes de deus na terra, seres divinos, eram apenas instrumentos humanos usados por Deus.

Foi um judeu chamado Jesus Cristo que mudou todo o curso da história e principalmente da religião, há mais de 2000 anos, o nascimento desse homem foi de tal forma relevante a ponto de dividir o calendário ocidental em antes de Jesus e depois de Jesus. E foi esse mesmo Jesus Cristo que instituiu o Cristianismo, uma forma de viver e pensar diferente daquela que havia na época. Jesus mudou o conceito de religião, instituindo uma relação pessoal com o divino, sem serem necessários intermediadores. As lições pregadas por Jesus foram deturpadas, conforme será citado. Mas a princípio Jesus queria estabelecer um Reino próximo ao ser humano.

Antes de Jesus o povo hebreu já adorava a Deus, já havia uma religião a qual seguiam, o judaísmo. Quando o templo hebreu foi construído, já havia outros templos, inclusive outras formas de se adorar uma divindade que não um templo, por exemplo às pirâmides egípcias que eram dedicadas a seus faraós, os faraós eram tidos como seres divinos, representantes de Deus na terra. Porém, a igreja com a ideia de organismo, corpo somente veio a ser conhecida após a vinda de Cristo.

“Nessa perspectiva, Jesus foi anunciado e preparado direta e conscientemente por toda a história de Israel: as quarenta e duas gerações de Mateus representam exatamente tudo que se passou antes dele e a maneira pela qual se chegou de Adão a ele. Por outro lado, toda a história da Igreja é consequência de decisões tomadas por Jesus.” (Comblin, pag. 90)

O povo judeu como visto, era um povo diferente de todos os outros, por conta da religião que seguiam. O Deus dos hebreus havia dito através da história de seus profetas como por exemplo Jeremias, Isaías, Samuel que haveria de vir o Messias, o prometido de Deus e Ele que era o próprio, Deus encarnado, libertaria o

povo da escravidão em que viviam, mas a escravidão a que se referia na verdade era a escravidão da alma.

O culto dos hebreus, uma vez que eram monoteístas, era feito a princípio no templo, local onde não havia esculturas do Deus único, inclusive essa sempre foi uma característica marcante da religião judaica, ao contrário das religiões politeístas que sempre carregavam consigo várias imagens dos deuses cultuados. O povo hebreu não possuía imagens ou esculturas de Deus. O primeiro local construído para o povo adorar a Deus foi o templo de Jerusalém.

“O grande Templo de Jerusalém incluía um recinto fechado, o Santo dos Santos, contendo oferendas de incenso e os pães da proposição, e um vestíbulo externo onde se faziam os sacrifícios, que poderiam ser oferendas de animais ou frutos da colheita. O culto era acompanhado por canções e hinos - os chamados Salmos de Davi, que podemos ler na Bíblia. Os sacrifícios, que eram em parte uma oferenda a Deus, em parte uma expiação pela culpa, deviam ser feitos segundo regras estritas.” (Gaarder, pag. 100)

O livro de êxodo traz algumas das maneiras como eram feitos esses sacrifícios, geralmente um novilho sem mancha ou defeito, em alguns casos pombinhas também sem defeito eram imoladas em razão dos pecados do povo. O povo hebreu sofreu exílios ao longo do tempo, mais especificamente após o exílio para Babilônia houve uma mudança na forma de culto dos hebreus, uma vez que não estavam longe de Jerusalém, longe do templo; criaram outros mecanismos para manter viva sua religião, sua tradição e cultura, dessa maneira a forma de culto foram mudadas.

“Foi depois do retorno da Babilônia que começou a se desenvolver a religião que costumamos chamar de judaísmo. O núcleo do judaísmo era a vida na sinagoga, local de culto onde os fiéis se reuniam para orar e ler as escrituras. Esse tipo de serviço religioso surgira por necessidade durante o exílio babilônico uma vez que ali os judeus não tinham um templo onde orar. Ao voltar do exílio, eles continuaram praticando esse serviço nas sinagogas, que foram construídas em diversas cidades. Nestas, uma função relevante era exercida pelos leigos versados nas escrituras, os quais zelavam por elas, e buscavam interpretá-las e explicá-las. Não tardou que a maioria desses homens instruídos passasse a vir das fileiras dos fariseus.” (Gaarder, pag. 101)

Havia uma classe religiosa importante dentro do judaísmo, era a classe farisaica. Os fariseus eram mestres da lei, eram aqueles que observavam a lei de Moisés, ou seja, os dez mandamentos e outras leis descritas no livro de êxodos da Bíblia, tais leis tratavam sobre diversos assuntos desde a limpeza até o que comer.

Os fariseus tiveram um importante papel em relação à perseguição que sofreu a igreja nos primeiros séculos, uma vez que por tal observância que tinham em relação à lei de Moisés, entendiam que os ensinamentos pregados por Cristo eram contrários à lei e por isso perseguiram duramente a igreja que estava começando.

### 3.2.2 O cristianismo

Para os cristãos, há aceitação de todo o chamado Velho Testamento dos hebreus, mas também dos livros elaborados após a vinda de Jesus Cristo que são os livros que ficam no Novo Testamento da Bíblia Sagrada. Na Bíblia, no livro de Mateus capítulo 1, quando sobre a dominação do Império Romano; em Israel nasceu um homem chamado Jesus Cristo que se intitulava como Rei dos Judeus, durante três anos ele pregou e realizou milagres entre o povo judeu.

Lucas (médico e discípulo de Jesus) que relatou os feitos de Jesus em um dos livros da Bíblia, enfatizou que Jesus em suas pregações afirmava ser o Messias esperado pelo povo Hebreu e que iria os libertar da opressão que viviam. O império Romano dominava, logo o povo hebreu esperava que o Messias prometido por Deus rompesse de fato com a opressão exercida pelos Romanos, o povo esperava um messias que colocasse fim aquela subordinação, um rei forte o suficiente para dominar o império romano e libertar o povo do jugo que lhes era imposto. Mas Jesus, quando se referia à libertação, falava na verdade da libertação da alma, uma das máximas de Jesus que é emblemática nesse sentido é “e conhecerei a verdade, e a verdade vos libertará” (João 8,32), aqui Jesus também se refere a Ele como a verdade, pois era exatamente Ele quem traria a libertação.

Como o povo hebreu o rejeitou, porque de certa forma Jesus frustrou a ideia de Messias que o povo tinha, ele também se abriu para os outros povos e com isso instituiu a pregação do evangelho (boas novas) onde afirmava haver um Deus que era pai amoroso e ao mesmo tempo justo juiz, e que inclusive esse Deus se dividia em três e era ao mesmo tempo um. Dividia-se em Pai, Filho e Espírito Santo. Jesus afirmava ser Ele filho de Deus e ao mesmo tempo Deus. Era na verdade o Deus encarnado que habitou entre os homens para que lhes fosse possível à salvação.

Pregou que haveria o dia do juízo onde todas as pessoas prestariam contas daquilo que fizeram, porém o sangue dele (Jesus Cristo) era o único capaz de salvar; pois afirmava que da mesma forma que o pecado entrou no mundo por meio de um só homem, a salvação também seria por meio de um só homem, seria por meio dele, que nunca pecou mesmo sendo homem, por isso seria o sacrifício perfeito por todos os pecados. Essa era a boa nova que deveria ser levada a todos os povos.

Com esses conceitos Jesus estabeleceu também a ideia de igreja como corpo de Cristo onde os membros são interligados, a igreja veio para que o povo não ficasse desamparado e pudesse por meio da comunhão entre os santos fortalecer sua fé; onde haveria reuniões para partilhá-lo do pão e a comunhão.

Para época tal pregação era loucura, mas apesar disso muitos acreditaram e se converteram as boas novas e começaram a seguir a Cristo. Jesus aos 33 anos foi condenado a pior morte que havia na época, a crucificação. A bíblia conta que depois de horas agonizando, sofrendo escarnio, açoites, Jesus foi crucificado no madeiro ao lado de dois ladrões. No terceiro dia após sua crucificação algumas mulheres foram no túmulo onde seu corpo foi deixado e estava guardado por soldados Romanos - Roma temia que o corpo de Jesus pudesse causar tumulto entre o povo, além do mais Jesus sempre havia pregado sua ressurreição e para evitar que alguém roubasse o corpo dele e afirmasse que de fato ele havia ressuscitado, Roma colocou soldados para vigiar o túmulo - e verificaram que seu corpo não estava mais lá. Ele havia de fato ressuscitado. Conforme narram os Evangelhos, Mateus, Marcos, Lucas e João.

Todos esses acontecimentos só serviram para que aqueles que verdadeiramente acreditaram nas pregações de Jesus e mudaram seu modo de viver comesçassem a se reunir e formar igrejas. Tais igrejas eram consideradas como o corpo de Cristo, onde cada cristão fazia sua parte e dessa forma era possível à propagação do evangelho. Mas como foi possível ver Roma temia a força que essa igreja tinha, pois viu que ela subsistia apesar da morte de Jesus, logo a igreja passou a ser perseguida. Roma dizia que César era o senhor absoluto, os cristãos afirmavam que Jesus era o Senhor.

### 3.2.3 A Igreja como corpo

Necessário é definir o que vem a ser a igreja após a vinda de Jesus Cristo. Até então a noção que se tinha era dos templos onde se adorava um deus. Os templos, independente da religião, eram grandes obras com uma beleza peculiar. Todos os povos cuidavam para que seus templos fossem obras magnificas para época. Inclusive até hoje é possível ver a proporção desses templos na Grécia, as ruínas daqueles que foram verdadeiros palácios. Porém com a vinda de Cristo houve uma nova proposta, a instituição da igreja.

“Para compreender a noção de Igreja, devemos considerar o modo como Jesus via a si mesmo. Ele se identificava como rei prometido, o Messias. E um rei deve ter um povo. Dizendo ‘Sigam-me’ ele estabeleceu os fundamentos da Igreja. A igreja é, portanto, a comunhão de todos os que seguem esse chamado.

A própria palavra igreja está relacionada com o termo grego *Kiriaké* – ou seja, a cada de *Kyrios*, o Senhor. Equivalente à palavra *ekklesia*, usada no Novo Testamento para designar ‘as pessoas chamadas e reunidas (para o serviço divino)’, a assembleia e a congregação.” (Gaarder, pags. 177 e 178)

A igreja deixa de ser um espaço meramente físico como eram os antigos templos e passa a assumir um caráter que vai além das quatro paredes estabelecidas. A igreja é feita de um mesmo sentimento que une as pessoas. Por isso apesar de toda a perseguição que sofreu ela não acabou, pois, o que ligava as pessoas à igreja era o sentimento de adorar a Deus e não somente a questão de adorar em um templo ou não.

“No convívio das igrejas, as distinções foram abolidas. Escravos e senhores foram nivelados. As mulheres não chegaram a ter a mesma importância que os homens, mas alcançaram posição bem diferente da sociedade profana e até mesmo da judaica. Os cristãos eram distinguidos pela pureza moral e pelo fervor espiritual no nome de Jesus e seu Evangelho, o qual lhes assegurava o perdão dos pecados e a certeza da salvação eterna. Havia muita comunhão e entrelaçamento entre os irmãos, fazendo com que as lutas e dificuldades fossem superadas. Assim, desconheciam a tristeza e o desespero que muitas vezes os oprimia. Tudo isso era bem patente na fé que cultivavam na ressurreição do Senhor e sua volta gloriosa para seu Reino Triunfante e Eterno.” (De Melo – pag. 26)



Roma começou a ver a força que tinha essa igreja, apesar da morte de Jesus sua pregação estava viva. Nesse momento começam as primeiras manifestações da igreja como corpo e a liberdade de religião começam a se manifestar. Entre os cristãos a forma de culto era feita com cânticos, o povo hebreu era um povo que gostava muito de celebrar, logo, na comunhão dos santos havia muita música, o livro de Salmos da Bíblia explicita algumas das músicas desse povo. O comum era ver os cristãos pregando as palavras deixadas por seu Mestre, e também era comum o diálogo com Deus que era através da oração. Foi possível matar o homem Jesus, mas suas palavras nunca morreram e possuíam força apesar de toda a opressão vivida pelo povo.

#### **2.3.4 A perseguição da igreja primitiva**

Após a morte de Cristo houve uma grande perseguição em relação à igreja; era difícil para os judeus que não entenderam que de fato Jesus era o Messias aceitar esse novo modo de viver. O monoteísmo o qual Jesus foi ensinado não permitia culto a qualquer outro que não o Deus Único, além disso, a pregação do evangelho estava sendo levada para além dos judeus, aos povos que por eles eram chamados de gentios (aqueles que não eram judeus) isso fez com que os judeus tivessem verdadeira aversão à igreja. Dessa forma Roma fez alguns favores a esses judeus, na tentativa de ter aliados, como uma medida de acautelar os ânimos, fazer um agrado àqueles judeus que não compactuavam com a igreja.

“Os favores não cessaram. Desta vez, não aos Imperadores, mas aos judeus que, na época, rangiam os dentes de ódio contra a Igreja Cristã, pelo fato de estarem desestabilizando toda a religiosidade e tradição recebidas de Moisés. Como ele não tinha nada a perder por não conhecer quem estava por detrás daqueles aos quais fora dada a alcunha de ‘os do caminho’, Herodes de Agripa resolveu agradar aos judeus, conforme a narrativa de Atos 12, lançando mão de cristãos para maltrata-los. Foi nesse ensejo que mandou matar o apóstolo Tiago à espada, com vistas a fazer média com os judeus.” (De melo, pag. 24)

Portanto, nesse período, o Cristianismo, por ser novo e ainda trazer mudanças, sofreu toda a sorte de perseguições. Os judeus que não aceitaram a pregação de Cristo começaram a perseguir os Judeus que aceitaram, nessa perseguição uma classe de judeus se destacou, os chamados fariseus, achavam inconcebível que Deus tivesse um filho e especialmente que esse filho fosse Jesus, a quem eles consideravam totalmente herege.

“Formavam os fariseus a mais importante das escolas judaicas, de caráter religioso. Recebem aquele nome porque eles, na sua vida separavam-se de todos os outros judeus, aspirando a mais do que uma simples santidade e exato cumprimento de deveres religiosos: mas a sua separação consistia em certas distinções a respeito do alimento e dos atos rituais... não tardou muito tempo para que esta seita obtivesse reputação e poder entre o povo; e passa já como provérbio o dizer-se que se apenas duas pessoas enterrassem no céu, uma delas haveria de ser fariseu.” (Buckland, pag. 157)

Definido o que vem a ser um fariseu é fácil notar porque de forma tão dura essa seita perseguiu os cristãos. Os fariseus observavam as leis deixadas por Moisés e seus antepassados, uma vez que para eles Jesus não passava de um profeta, jamais o aceitaram como o messias prometido, inclusive entendiam que ele era um blasfemador. Dessa forma todos aqueles que o seguiam mesmo após sua morte deveriam ser banidos, pois contaminavam o povo judeu. Dentre esses fariseus, Saulo foi um dos que mais se destacou.

“Paulo entrou abertamente na obra da perseguição. E neste seu procedimento julgava ele que estava trabalhando para Deus, segundo as tradições de seus pais. Pouco tempo depois Jerusalém já não era campo suficiente para seu zelo, pois que os cristãos que ali viviam estavam, ou na prisão, ou escondidos, ou em fuga. Com probabilidade se pode dizer que Paulo foi eleito membro do Sinédrio, depois da morte de Estevão, se ele já não o era. Como ele mesmo disse, não só exercia o poder de lançar na prisão, por missão daquele tribunal, mas também dava o seu voto quando matavam os cristãos.” (Buckland, pag. 329).

O interessante na história de Saulo é que a princípio ele foi um perseguidor da Igreja. Entretanto, com a morte de Estevão houve um grande número de conversões, uma vez que conforme narra a Bíblia no livro de Atos capítulo 12 o momento da morte do jovem Estevão foi muito impactante pois apesar de ser condenado à morte por apedrejamento, ele ainda se mantinha convicto na fé que possuía em Jesus. Saulo, se converteu e passou a se chamar Paulo e foi um dos pilares da igreja. Paulo quando seguidor do judaísmo era perseguidor, porém

quando cristão passou a ser perseguido. O compromisso que ele assumiu fez com que ele mudasse de postura, e tudo isso ocorreu no âmbito da religião.

Apesar de toda essa repressão que houve em relação à igreja, o evangelho só se fazia difundir, e cada vez mais exemplos de fé eram dados, pessoas que abdicavam da própria vida em nome de Jesus Cristo, um desses que morreram em nome da fé foi o jovem Estevão que foi apedrejado por confessar a Cristo como senhor e salvador de sua vida (Atos 12)

“As autoridades religiosas judaicas que não lograram êxito no impedimento da pregação do Evangelho, usaram, como pretexto, a audácia do discurso de Estevão para empreender uma campanha selvagem, violenta e sistemática contra o Cristianismo. Com esse ataque, a comunidade cristã de Jerusalém, que já contava com alguns milhares, foi dissolvida. A alternativa foi buscar segurança em outros lugares por toda a Palestina. À medida que fugiam em busca de refúgio, levavam a mensagem do Evangelho onde quer que fosse. Alguns deles foram até a grande cidade de Antioquia, na Síria. Ali, os seguidores de Jesus foram, pela primeira vez, chamados ‘cristãos’. Nome que, tudo indica, foi lhes dado como pecha ou zombaria. Nessa cidade, vivendo no meio de uma população grega, esses exilados tornaram o nome de Jesus conhecido, tanto de gregos quanto de judeus.”(De Mello, pag. 25).

A religião foi, nesse período, um forte instrumento de coação do próprio povo para com o povo, a religião coagiu a própria religião. Havia aqui na verdade uma perseguição em nome da religião para com a religião. Uma visão distinta de religião entre um mesmo povo - que sempre permaneceu unido por esse mesmo sentimento (a religião) - agora passa a se perseguir para acabar com a religião.

Talvez esse seja um dos exemplos mais marcantes de como a religião pode ser tanto usada para o benefício quanto para o malefício. A religião monoteísta foi o que sempre uniu o povo hebreu e permitiu que inclusive eles fossem posteriormente considerados uma nação. Mas ao mesmo tempo antes que isso fosse possível à própria religião dividiu esse povo que já era marginalizado por ser diferente dos outros povos da época pelo fato de serem monoteístas.

### **3 O FEUDALISMO**

Com o fim do Império Romano, que tinha uma fé oficial, a Europa passou por um período de divisão e lutas, período compreendido entre 476 d.C. e 1453 (Idade Média). Antes de adentrar no fim da perseguição a igreja, é necessário que seja feito um panorama do sistema em que vivia a Europa. A Europa estava dividida em duas partes, a Europa Ocidental e a Europa Meridional ou Oriental, havia também os elementos culturais e a economia em que vivia o povo.

“A Europa Centro-Occidental, até o século IV, dividiu-se em duas partes cujos limites, salvo pequenas alterações, encontravam-se ao longo dos rios Reno e Danúbio. As partes ocidental e meridional viviam sob o domínio romano, com sua cultura específica e na qual predominava o modo de produção escravista. As partes setentrional e oriental eram habitadas por tribos germânicas, com predominância do modo de produção comunal-primitivo e suas respectivas formas culturais.” (Monteiro, pag. 5)

O feudalismo nada mais é do que a síntese dessas duas culturas, o feudalismo fundiu em si o modo de produção escravista da Europa Centro-Occidental, que estava passando por um momento de crise, uma vez que a agricultura na Europa Ocidental já não estava indo bem, e a mão de obra escrava para ser comprada estava cara e não havia tantos recursos. Além do mais a população livre não era suficiente a ponto de compensar um número menor de escravos e arrotear novas terras. Em relação à Europa Setentrional além do seu modo de produção, necessário é citar uma característica relevante desses povos. Viviam em grandes comunidades familiar, possuíam um chefe, porém, mesmo assim as decisões eram tomadas por meio da assembleia. Sendo assim surge uma cultura agrícola feita de grandes senhores e opressão do povo por essa classe dominante. (Monteiro, pags. 10,11,12)

O sistema feudal de forma resumida era estruturado de forma simples. Havia as villas e os vicus. As villas eram grandes propriedades que ficavam no poder da classe dominante (que podia ser leiga ou eclesiástica), na verdade aqueles que exerciam o domínio sobre a villa, estes possuíam sua posse e não necessariamente sua propriedade. O fato do senhor feudal na maioria das vezes ter

apenas a posse e não a propriedade do feudo, vem da forma como era concedida a terra.

“Elemento fundamental para a formação do senhorio foi o hábito de os monarcas pagarem aos seus guerreiros e servidores das mais altas funções com a concessão de uma extensão territorial, para que dali retirassem os rendimentos. O benefício, como eram conhecidas estas terras, não pertencia ao recebedor: este o guardava como posse.” (Monteiro, pag. 29)

Quanto ao vicus eram os camponeses, a população em geral que não pertencia a villa porém cultivava ao seu redor. Era na verdade a maioria da população. As villas obviamente possuíam um desenvolvimento maior em relação aos vicus, uma vez que os senhores (senhor feudal era o nome dado ao possuidor das villas) da villas faziam construções em suas propriedades, valorizavam seus terrenos.

Nesse tempo grandes tributos eram exigidos da população, o mais conhecido deles era a corvéia, trabalho gratuito na terra do senhor, que poderia tanto ser feito pelos escravos da villa como por trabalhadores eventuais vindos dos vicus. Havia também as banalidades que se subdividia em quatro grupos, a taxa que o senhor cobrava pelo servo para usar seus instrumentos como moinho, lagar, forno; os impostos cobrados sobre as mercadorias; a requisição de alojamentos, viveres, cavalos e as multas e taxas judiciais e os encargos militares

Ocorria no feudalismo à realidade de que “O homem ainda era a ‘medida de todas as coisas’, a máquina existindo apenas no estado mais rudimentar.” (Oldenbourg, pag. 30). A sociedade vivia de um sistema agrícola predominante, havia comércio também, a moeda da época era o sal.

“O feudalismo reconhecia, de fato, dois valores essenciais: o Homem e a Terra, sendo a terra, nesses países quase exclusivamente agrícolas, o Bem por excelência. ‘Não há senhor sem terra, nem terra sem senhor.’ Originalmente sistema de contratos recíprocos entre um soberano e um dependente, ao qual era confiada a gestão de uma certa terra, o feudalismo tornou-se desde o século X quase totalmente baseado no direito hereditário. O feudo, ‘concedido’ pelo suserano ao vassalo, era de fato propriedade inalienável da família deste. Se tratava de muitas terras, de uma província, esse mesmo feudo era dividido em feudos mantidos pelos vassalos do vassalo e igualmente hereditários. O grande barão, senhor nominal de todas as terras de seus vassalos, vassalos de seus vassalos,

etc., na verdade gozava apenas dos bens que constituíam sua herança pessoal e frequentemente possuía vassalos mais ricos e mais poderosos do que ele.” (Oldenbourg, pag. 40).

O sistema feudal era um sistema estratificado, havia um Estado opressor que cada vez mais explorava a massa, nesse contexto de intensa opressão um novo modo de relação interpessoal surgiu, o chamado *patrocinium*. Para fugir do Estado opressor e do fisco insaciável, muitos camponeses se uniram ao senhor feudal, aos donos das terras, e se colocaram sobre a sua autoridade. Estes latifundiários transformavam os camponeses em colonos. Porém a instituição que mais teve sucesso nesse sentido foi à vassalagem, que foi consolidada por Carlos Magno, pois sua autoridade dependia mais da fidelidade de seus servidores do que sua soberania teórica. Na vassalagem, o homem livre, chamado vassalo, se sujeitava a seu senhor, o suserano por meio de um juramento de fidelidade com reforço religioso. Inclusive foi exatamente a Igreja que mais apoiou essa nova instituição. O vassalo se comprometia com seu senhor a ponto de não mais o deixar por qualquer que fosse o evento. (Franco Junior, pag. 19)

“Nesse mundo rural, as populações tem consciência, até demais, de que, por si mesmas, são incapazes de estabelecer um sistema de relações. Sabem que devem receber sua unidade de fora. É preciso que lhes seja imposta uma língua de comunicação, um código único de leis para regulamentar essa comunicação e um mínimo de valores comuns graças a uma religião comum. A religião comum não é o todo da religião popular: ela é como que a religião pública, destinada a assegurar o relacionamento da comunidade rural com o universo.” (Comblin, pag. 172)

Nesse contexto houve o fortalecimento da igreja. A igreja se sustentava em quatro, igreja una, santa, apostólica e católica. O cristianismo foi à primeira religião a se institucionalizar na época como igreja, até então o que havia era no máximo uma camada sacerdotal como por exemplo na religião greco-romana. Houve uma clericalização da sociedade, e esse fato diferenciou essa sociedade das demais por dois aspectos: o primeiro é que nunca antes na religião houve um número tão grande de clérigos em relação à população. E o segundo e mais importante aspecto é que o clero era uma camada que se diferenciava das demais, uma vez que detinha o grande poder econômico, além de manipular a ciência da época. O povo tinha acesso somente aquilo que o clero permitia e principalmente o clero detinha o poder dos sacramentos. (Franco Junior, pag. 21)

“... somente o clero poderia realizar os rituais da liturgia cristã, aliás, do século IV ao VII não deixou de crescer em complexidade, exigindo cada vez mais que seus oficiantes fossem especialistas. A multiplicação das festas religiosas e a melhor definição dos sacramentos (por exemplo, o batismo de crianças tornou-se norma desde o século V) também contribuíram para valorizar o papel dos eclesiásticos. Sobretudo a celebração eucarística, símbolo da aliança entre Deus e o homem, não poderia ocorrer sem a intermediação do clérigo. Numa palavra, monopolizando a comunicação com Deus, o clero tornava-se responsável por todos os homens. Sem ele não haveria salvação.” (Franco Junior, pag. 22)

Apesar de existirem vários feudos e do governo ser descentralizado como um todo a igreja tomou para si todos os instrumentos de conhecimento e cultura, a ciência era dominada pela igreja . Além do mais o fato da igreja deter o poder de realizar os sacramentos de assumir para si o dar ou não a salvação a uma pessoa fez com que o povo se colocasse cada vez mais sob seu jugo. Assim a igreja podia exercer o domínio sobre o povo, inclusive havia tributos pagos pelo povo a igreja.

“Durante grande parte da Idade Média, a Igreja constituiu a única força organizada dentro da Europa. Tendo plena consciência de sua importância, ela exerceu uma extraordinária influência ao longo do período. Era a Igreja, por exemplo, que teorizava sobre as relações sociais do feudalismo, calcadas em um rígida hierarquia, atribuindo-as à determinação divina. Segundo essa interpretação, Deus dividiu a sociedade feudal em três categorias: os que lutam (a nobreza senhoril), os que rezam (o clero) e os que trabalham (servos e vilões).” (ARRUDA, pag. 75)

Como já foi dito não havia uma unificação política pois cada senhor feudal era dono de seu próprio feudo, logo não havia como haver uma coesão em relação a política que seria adotada, cada feudo possuía suas próprias leis, o único laço entre eles era exatamente a Igreja.

“É verdade que também se dá o nome de cristandade à união política que reinou na Idade Média entre os soberanos e seus Estados, o que não tinham entre si nenhum vínculo político definido. O cristianismo e a Igreja eram o único vínculo entre eles. A Igreja era capaz de uni-los a ponto de dirigir expedições militares «internacionais» como as Cruzadas. Podia-se ter a impressão de que a Igreja havia criado uma entidade política e que assumia sua direção.” (Comblin, pag. 166)

Nesse contexto de grande opressão da massa, haja vista o sistema que acima foi explanado, houve o enclausuramento do povo nas mãos dessas classes dominantes, a igreja tentava influenciar o senhor que influenciava o povo, houve uma vertiginosa queda de produção cultural nessa época.

“A igreja era poderosa em teoria (ou o era apenas na medida em que os bispos e abades eram bastante ricos e bastante bem armados para resistir aos senhores leigos) e formava de todo modo um Estado dentro do Estado, possuindo leis próprias, recrutando seus membros entre a nobreza e entre o povo, servindo de intermediária, de força moderadora e civilizadora. Formava, por sua vez, uma classe profundamente diferente da nobreza e do povo, pelo fato de ser a única possuidora de uma forte tradição religiosa e cultural, que, através dos séculos de mistério e anarquia vinha provar sua vitalidade e sua força espiritual, reconquistava rapidamente o prestígio que as guerras feudais, a luta contra o Santo Império germânico e a decadência do papado lhe haviam tirado, representava a única força moral incontestável e a cristianização do Ocidente, praticamente realizada já há dois séculos. A Igreja era poderosa pelo simples fato de que a sociedade não podia passar sem religião” (Oldenbourg, pag. 37)

É evidente que a igreja detinha todo o poder cultural da época, ela organizava a vida da sociedade conforme lhe era satisfatório, aqui, deve-se partir do princípio da precariedade científica da época, a Igreja detinha o poder inclusive da ciência, dessa forma era considerado ciência apenas aquilo relevado nas Escrituras (bíblia) ou aquilo que servia aos interesses da igreja, esse foi um meio eficaz de manter o povo alienado.

“O homem dependia de Deus inteiramente, o Deus que distribuía, a seu grado, chuva ou seca, paz ou guerra, um Deus senhor das epidemias, dos incêndios, de todas as infelicidades individuais e coletivas, senhor do destino dos homens após a morte, um soberano a quem não se ofendia impunemente. Se as leis da moral vigente eram respeitadas na medida em que as exigências da vida social impunhas este respeito, as prescrições de ordem puramente religiosa – jejuns, veneração dos objetos de culto, assiduidade aos ofícios, etc. – eram em geral muito mais respeitadas, e isto pelos fiéis de todas as religiões.” (Oldenbourg, pag. 58)

Até aqui fica claro a força que a igreja teve nesse período. A ponto de manter de certa forma coeso todo um sistema, apesar de sua descentralização. Quando foi citada a vassalagem um dos meios de fazer com que o vassalo cumprisse seu juramento foi envolvendo sua vida religiosa, pois se descumprisse o juramento seria banido da igreja e não teria mais a salvação de sua alma. A religião



por meio da igreja oprimiu a população e parte dessa corrupção por parte da igreja foi pelo fato de que houve uma deturpação dos clérigos, pois muitas famílias que não conseguiam ascensão, procuraram a Igreja oficial para dar melhores condições de vida aos seus filhos por meio dos bens, postos e terras da Igreja. Isso prejudicou a religião e trouxe para o clero pessoas não vocacionadas. Obviamente esses que se juntaram ao clero com intuito de ter terra, pois era isso que simbolizava o poder da época acabavam por fazer da instituição igreja um local para realizar sua ganância, deturpando assim tudo quanto fosse ligado a religião e ao divino.

#### **4.AS CRUZADAS**

Hoje se fala em Jihad (guerra santa pregada pelos muçumanos) e atentados terroristas, como o 11 de setembro, o acidente com o voo 990 da EgyptAir provocado por muçumanos com fins religiosos. (terrorismo islã fls. 49) Há uma preocupação da comunidade mundial com as práticas ligadas a essas ações religiosas, alguns nesse caso dizem ações de grupos extremistas, mas como já foi visto, no caso do Islã não há nada de extremo nessas ações, tais ações são comuns a todos que se dizem muçumanos, a própria religião assim o prega. No entanto desde muito cedo já haviam problemas com o convívio de religiões diferentes, inclusive as cruzadas derivaram do confronto de liberdades religiosas, elas ocorreram, a princípio, pelo domínio das terras, em especial Jerusalém.

Na Idade Média guerras eram comuns, havia ainda a necessidade de domínio de territórios, não haviam direitos consolidados, constantemente povos chamados Bárbaros, ou seja, povos que não eram cristãos, atacavam os feudos para saquear e conseguir terras também, com o avanço do Islã tais invasões se tornaram cada vez mais recorrentes, inclusive devido a Guerra Santa (Jihad – guerra que visava a conversão de pessoas para o islã). Porém instalou-se um crise política na Arábia o que diminuiu sensivelmente o poder do Islã, tornou-se viável a contraofensiva cristã que ficou conhecida como Cruzadas. Porém não é possível explicar as Cruzadas somente como uma resposta a toda opressão causada pelo povo Árabe, há outros fatores tais como:

“A crise do feudalismo manifestou-se a parti do século XI e foi marcada por sensíveis mudanças na Europa. A cessação das invasões vikings, árabes, eslavas e magiares provocou um crescimento populacional incompatível com a produção feudal, estruturada para uma economia de subsistência e uma situação demográfica estável. O desequilíbrio entre a produção insuficiente e o consumo crescente acarretou a saída de numerosos habitantes dos feudos. Por essa razão, o numero de marginalizados crescia dia a dia.” (ARRUDA, pag. 79)

Com o pano de fundo dado pelo feudalismo, e pelos avanços feitos pela Igreja Católica, principalmente pela legitimação do seu poder com base em fundamentos teoricamente bíblicos e inclusive na própria coerção não é difícil imaginar como a população estava alienada.

Tendo em vista o caos que havia se estabelecido devido as constantes invasões dos povos bárbaros, além da tentativa do Islã de adentrar no solo europeu é fácil de entender como foi possível alienar ainda mais o povo, e fazer com que ele aderisse as ideias impostas pelas classes dominantes, sobrevieram as cruzadas.

“Nessa época, duas entidades procuravam se apresentar como poderes universais, lutando para impor sua supremacia sobre o mundo cristão: O império (Sacro Império Romano-Germânico), como poder temporal, e o Papado, como poder espiritual. Nesse contexto, os papas procuraram consolidar sua autoridade assumindo o patrocínio das Cruzadas, a cujos participantes prometiam compensações espirituais – sobretudo o perdão dos pecados. Alguns imperadores participaram das Cruzadas, mas a maioria das expedições foi moralmente patrocinada pela Igreja.” (ARRUDA, pag. 79)

As cruzadas a principio tinha a intenção de libertar o Santo Sepulcro e defender o Reino de Jerusalém pelos Cristãos do Ocidente. Tiveram um cunho religioso e só foram possíveis pelo apoio da Santa Sé, o clero da época se aproveitou das condições que o povo estava submetido e os alienou usando a religião como instrumento. Aqueles que participavam das cruzadas tinham em mente as recompensas celestiais que lhes eram oferecidas, tais como a salvação eterna, o perdão dos pecados. Sem cultura, ciência e até bons meios de sobrevivência o povo foi levado por “qualquer vento de doutrina.” A religião compeliu o povo a aderir o movimento.

“Deve-se considerar ainda outros fatores ligados à política da Igreja. Quando as Cruzadas começaram, o papa legítimo (Urbano II) encontrava-se no exílio, devido à Questão da Investidura, e precisava afirmar sua autoridade perante a Cristandade. Por outro lado, o Cisma do Oriente – separação entre a Igreja de Constantinopla e a de Roma, ocorrido em 1054 – ainda era recente, e o Papado buscava reunificar as duas Igrejas; dentro desse projeto, os cruzados (católicos romanos) poderiam granjear a simpatia dos bizantinos (católicos ortodoxos) propiciando-lhes ajuda militar contra os turcos seldjúcidas, que já haviam conquistado parte da Ásia Menor. Aliás, os mesmos turcos seldjúcidas tinham tomado a Terra Santa aos árabes; e, sendo maometanos fanáticos, substituíram a tolerância dos árabes pela imposição de vexações e perigos aos peregrinos cristão que demandavam Jerusalém.” (ARRUDA, pag. 79).

Há entre os autores discordância de quantas foram as cruzadas, alguns dizem seis outros dizem oito, independente do número que deve ser levado em conta, que no cenário da Europa haviam três civilizações, a civilização Cristã do Ocidente, a civilização bizantina do Oriente e a civilização muçumana, do choque entre essas três houve as Cruzadas, além disso o cenário cultural da época foi propício para essa guerra, um povo que tinha acesso restrito a cultura e ciência, motivado por um sentimento religioso aderiu a ideia da guerra e por isso ela foi viável. Diziam que tais guerras eram feitas ‘em nome de deus’.

“As cruzadas – glorificadas, discutidas, difamadas, julgadas pelos historiadores de maneira muito diversa – continuam um grande episódio da história do Ocidente cristão. Fenômeno extremamente complexo se é considerado de perto e, no entanto, ao contrário da maior parte dos grandes movimentos históricos, saído de uma ideia em si mesma simples, as cruzadas se conservaram, apesar de tudo, o símbolo de um empreendimento desinteressado – até quimérico – e glorioso. Os detratores (que desde o século XVIII não faltaram) em vão precisaram que havia nestas guerras santas pouco desprendimento, mas em compensação muitas atrocidades; disseram que era um empreendimento de banditismo em que os mais baixos instintos se davam livre curso sob pretexto de zelo religioso; afirmaram que só o fanatismo ou um nacionalismo estreito puderam ainda aproveitar o princípio desta seqüência de batalhas e de massacres executados em nome do Cristo.” (Oldenbourg, pags. 617/618)

A religião como instrumento de alienação. Há aqui a primeira evidência dessa afirmativa. As Cruzadas coroaram a alienação do povo feita com base na religião. O sentimento religioso compeliu o povo a lutar uma luta que não era dele; para o povo não havia muita diferença em relação a quem estaria no poder; se a Igreja Católica, se um líder Islã, se o senhor feudal, se os bárbaros, a grande questão é que o povo continuaria a ser oprimido. O povo ao invés de se rebelar

contra toda essa situação, se alienou, e aderiu ao movimento em nome da Igreja. A religião foi manipulada de forma a alienar o povo. Eis aqui uma das facetas a qual a religião pode ser usada.

## 5 A SANTA INQUISIÇÃO

As cruzadas aconteceram entre 1096 a 1270 aproximadamente, e durante as cruzadas criou-se um movimento peculiar da própria igreja católica apostólica romana. A mesma igreja que em seu começo sofreu perseguição agora perseguia; criou-se a Inquisição, por ordem, do papa Sisto IV que assinou a bula *Exigit sinceræ devotionis affectus* segundo o livro *Histórias das Inquisições*. A Inquisição visava assegurar o poder da igreja em relação aos seus. Tudo aquilo que fosse contra a Igreja deveria ser extirpado pouco importando de quem se tratava, o que se tutelava era o bem da Igreja e seu poder.

“Mas, a maior parte das vezes, a Igreja não recorreu ela própria à violência. Invocou a violência do poder temporal para defendê-la contra os perigos: perigos externos (Islão, pagãos) ou perigos internos (as heresias). As Cruzadas, as guerras contra os hereges (contra os albigenses, contra os hussitas), depois as grandes guerras de religião, a repressão da Inquisição, a repressão às feiticeiras, são fatos que constituíram os maiores escândalos da cristandade. Não só a Igreja legitimou os empreendimentos guerreiros dos soberanos temporais, mas ela própria tomou a iniciativa de empreendimentos semelhantes!” (COMBLIN, pag. 183)

A inquisição de certa forma foi uma reação ao renascimento que estava ocorrendo na Europa, já na Baixa Idade Média o sistema feudal estava extremamente enfraquecido, o sistema não acompanhou a explosão demográfica que ocorreu na Europa, além disso devido a tantas guerras o sistema foi ficando cada vez mais enfraquecido, inclusive o próprio poder da igreja. Ocorre aqui o fim do feudalismo, e nessa época há a transição do feudalismo para o capitalismo, sistema inclusive que sobrevive até hoje.

“A partir do século XV, teve início uma série de transformações nas sociedades europeias que se relacionaram com a construção de uma nova mentalidade. Entre essas transformações, podemos destacar:

A passagem do feudalismo para o capitalismo – que se vinculou ao florescimento do comércio, o estabelecimento das grandes rotas comerciais, o predomínio do capital comercial e a emergência da burguesia;

A formação dos Estados nacionais – que fez surgir novas concepções político econômicas, como a discussão sobre as formas do poder político (ocorreu então a centralização do poder através da monarquia absoluta) e a questão comercial (desenvolveu-se nesse período o mercantilismo e o fortalecimento econômico de alguns Estados, levando ao impulso das grandes navegações marítimas, a descoberta do Novo Mundo e ao estabelecimento das colônias.

O movimento da Reforma – que provocou a quebra da unidade religiosa européia e rompeu com a concepção passiva do homem, entregue unicamente aos desígnios divinos, reconhecendo o trabalho humano como fonte de graça divina e origem legítima da riqueza e da felicidade; também concebeu a razão humana como extensão do poder divino, o que colocava o homem em condições de pensar livremente e responsabilizar-se por seus atos de forma autônoma.” (COTRIM, pag. 126)

Essa transição, que não foi abrupta, abriu portas para um novo estilo de vida, a Igreja foi aos poucos perdendo seu espaço e o homem começou a ser o centro, porém como tal fato foi um processo a igreja se armou de todas as formas para não perder o controle. Por isso a Inquisição foi uma resposta a essas mudanças que estavam ocorrendo e um meio de manter a igreja no controle.

“O termo Inquisição vem do latim *inquirere* (inquirir). Historicamente falando, o termo refere-se a uma instituição estabelecida no seio da Igreja Católica Romana com o propósito de eliminar toda e qualquer oposição religiosa. É relevante frisar que a qualquer oposição dava-se o nome de heresia. Essa cruel e desumana atividade mostrou-se ativa por um período de mais de quatrocentos sombrios, obscuros e intermináveis anos que mancharam de sangue as páginas da história da Igreja Cristã.” (De Mello, pag. 83)

A inquisição buscava a uniformização do pensamento do povo, não haveria salvação fora da igreja, e o termo salvação aqui é aplicado não somente no plano espiritual de salvação da alma, partindo-se do pressuposto de uma forma maniqueísta de viver; mas principalmente da vida, pois todo aquele que era contra a igreja era eliminado.

“A inquisição foi oficialmente estabelecida por volta do ano 1231, pelo Papa Gregório IX motivado por um movimento fundamentalista cristão. Por ocasião do século XIII, a inquisição já atuava em toda Europa, com exceção apenas da Inglaterra e Escandinávia. Se as ofensas fossem leves, bastava

apenas uma penitencia, mas se fossem consideradas graves, a punição também era grave, incluindo prisão, banimento e até a morte. A tortura foi oficialmente instituída em 1253, pelo Papa Inocente IV, nos processos de interrogatórios. Em regra, os inquisidores eram franciscanos ou dominicanos nomeados diretamente pelo Papa.” (De Mello, pag. 83)

A inquisição promovida pela Santa Sé foi estabelecida de forma arbitrária, em vários países da Europa, por isso não há uma data exata, mas o que é latente é o abuso de direito que houve durante as inquisições, foi instituída sem que houvesse o cuidado de descrever aquilo que seria taxado como crime e como seria a pena. Além do mais não havia um documento que estabelecesse a jurisdição dos inquisidores, havia uma verdadeira instabilidade em relação ao povo, pois não havia como saber quem seria o juiz natural, ou por qual crime se seria inquirido. Houve a imposição da Inquisição ao povo e aos governantes. A Igreja se colocou como a razão.

“É necessário sublinhar duas sutilezas nessa carta: a designação abstrata dos crimes de infidelidade, heresia e apostasia (estendendo a ação dos inquisidores a todos os domínios do comportamento e das crenças desviadas) e a ausência de delimitação geográfica da jurisdição dos novos inquisidores. Parece, portanto, que a fundação da Inquisição na Espanha (referimo-nos aqui aos primeiros passos) se efetuou a partir de diversos níveis de delegação de competências para reduzir ao mínimo as possibilidades de resistência à ação inquisitorial, deixando um enorme campo de manobra às relações informais, como se a prática devesse ficar livre de regras bem precisas. Com efeito, ficamos surpreendidos com a escassez de documentos fundadores (falta, nomeadamente, uma carta regia impondo aos poderes locais o apoio à ação inquisitorial) e com a economia de seus conteúdos.” (Bethencourt, pag. 18)

Mais uma vez “em nome de Deus” atrocidades foram realizadas, a inquisição ocorreu em vários países da Europa em datas distintas e com nomes variados. A inquisição na Espanha por exemplo ocorreu em 1480 e se estendeu até 1834, a inquisição chegou até a América Latina recém descoberta porém em graus menores. Já em Portugal a Inquisição ocorreu em outro período com requintes de crueldade ainda maiores.

“A Inquisição foi instituída pelo papado no século XII. Só foi abolida no século XIX, por Napoleão. Foi, portanto, o Santo Ofício, uma das mais duradouras instituições de que se tem notícia. Criada para combater os cátaros albigenses, tachados de heréticos, porque insubmissos ao poder

eclesiástico centralizador (que emanava de Roma) e ao poder civil imperial (mancomunado com Roma e personificado pelo massacre físico, começou o desmantelamento ideológico desse grupo herético, inimigos de Cristo, aliados do Satanás, os cátaros foram desmoralizados perante a opinião pública da época de modo tão profundo, que esta sequer pensou em reagir diante do morticínio coletivo perpetrado em nome de Cruz que, na realidade, nada mais era senão o símbolo do poder. Este método posto a serviço da derrota do inimigo (real ou imaginário) é antiquíssimo, e a Igreja não detém a primazia no seu manejo. Ele visa a submissão da sociedade ao mando dos seus supostos defensores, que assumem esta função na medida em que descobrem “o inimigo” do grupo.” (Lipinier, pag. 2).

Conforme já foi dito a Inquisição foi uma maneira usada pela Igreja de não perder o domínio, inclusive havia algumas manobras utilizadas pela Igreja a fim de usar a Inquisição como um meio de arrecadar fundos para sua subsistência.

“Não foram poucos os supostos hereges e bruxos queimados vivos na fogueira da Santa Inquisição, de modo especial os que possuíam algum patrimônio, razão por que – com perdão ao trocadilho – podemos afirmar que esse instrumento pode ser denominado de Tribunal da Santa ‘Aquisição’, sem que isso se converta em crítica ácida as lideranças católicas da atualidade, que á reconheceram oficialmente os desmandos e absurdos cometidos nesse período.” (Silva Neto, pag. 23)

No período em que ocorreu a Inquisição o meio de dominação foi muito além da própria religião, a religião foi usada apenas como um fator para tornar legítimo o uso da força para dominação. A religião durante a história como nos dois exemplos citados foi utilizada tanto no polo ativo para compelir o indivíduo a fazer algo, no caso das cruzadas a realizar a guerra em nome desse sentimento superior que é a religião; como no sentido de assegurar que não se faça, no caso que não seja insubordinado, a religião foi usada como um freio para a revolução cultural, social e política que estava havendo na Europa. Em nome da religião é possível legitimar uma gama de condutas. E o que é relevante ao reviver a história é que nem o próprio sentimento de nacionalismo causou tanta resposta por meio do povo como a religião foi capaz de fazer.

“Afirmar que a Igreja Católica Apostólica Romana estava vivendo em plena paz desde o Século XI, no aspecto interno e externo, é desconhecer completamente o testemunho da própria história. O desejo de mudanças já se fazia ecoar há muito tempo. O grande problema é que as vozes não tinham ressonância e acabam sufocadas pelo sistema opressor da Santa Inquisição, que tinha por princípio ‘romalocuta causa finita est’ (Se Roma

fala, a questão está encerrada). Em outras palavras, opor-se a qualquer abuso do poder católico era opor-se a Deus e constituía crime inafiançável, e a pena dada era com muito rigor, podendo culminar a sentença de morte.” (De Mello, pag. 120)

A grande questão que envolveu todos os conflitos até aqui citados é o poder, tanto nas Cruzadas, como na Inquisição, inclusive a tentativa do Islã de difundir sua religião, todos esses fatos foram movidos pela sede do poder. Além dessa característica em comum, todos os episódios aconteceram com fundamento em um só instituto: a religião. Apesar da diferença latente que havia entre as religiões, todas elas legitimaram as atrocidades cometidas nesse período. É como se cada atrocidade cometida até então, se fundamentada em qualquer outro motivo seria errada, porém como tinha como fundamento a liberdade religiosa ela era legítima. É evidente a força que a religião possui e a influência que ela exerce sobre o indivíduo.

## **6 A reforma protestante**

Uma nova perseguição ocorreu depois, entre cristãos, com as reformas de Martinho Lutero e João Calvino, que causou mortes e trouxe problemas. Houve então a resposta a toda essa opressão, já era insuportável viver sob o jugo dessa religião cega imposta pela igreja católica, e o fato que é determinante em relação a essa resposta é que a própria religião saiu em sua defesa. A chamada reforma protestante foi uma reforma que visava mudar os dogmas estabelecidos pela igreja católica, porém sem perder o foco da religião. Além de tal rompimento houve também na reforma a possibilidade de se vislumbrar os direitos humanos que vieram depois a ser legitimados pelo bill of rights, a Constituição dos Estados Unidos das Américas e as demais constituições posteriores que se moldaram aos Direitos Humanos.



“Ora, se a Igreja aceita, expõe-se a corromper sua mensagem. Os poderes temporais acreditavam que era Deus que dava o poder aos governos como uma vitória sobre seus rivais. Viviam a teologia pagã segundo a qual Deus é sempre o Deus dos vencedores. A própria Igreja começou a tolerar, até mesmo a pregar, essa teologia pagã: rezou para que Deus desse a vitória, como se o Deus do Evangelho fosse o Deus das vitórias. Ao pregar uma teologia assim, renegava concretamente a cruz de Cristo: no Cristo, Deus mostrava que ele era o Deus de um grande vencido. Desmistificava a vitória e a guerra. Mas era difícil pregar essa mensagem na Cristandade!” (Comblin, pag. 183)

Os reformadores foram capazes de ver o genuíno evangelho apesar de toda a prostituição que a Igreja havia se submetido, por isso o que se pretendia não era acabar com a igreja e conseqüentemente viver sem a religião, mesmo que o homem no humanismo tenha tomado o centro, a pretensão nunca foi acabar com a religião ou a substituir por qualquer outro sentimento. A proposta era corrigir os erros da igreja que vigoravam na época, era adequar a igreja as transformações que eram inevitáveis ao tempo que se vivia, ao homens, indústria que estava surgindo, ao próprio capitalismo que começava a se estabelecer.

“... as perseguições se mantiveram, e até recrudesceram, especialmente a partir da incisivas contestações de Martin Lutero e João Calvino. O primeiro deles fundador do Luteranismo, conquanto ordenado padre agostiniano, denunciou, com vigor, a prática reinante da venda de indulgências, afixando na porta da Igreja de Witternberg as históricas 95 teses. Nessas teses e em escritos que se lhes seguiram, negou a inabilidade do papa, rejeitou as ambições políticas do papado, sustentando a constituição de igrejas nacionais, além de investir contra o instituto do celibato eclesiástico, tendo, inclusive em 1525, se casado com a ex-freira Catarina de Bora, com a qual teve seis filhos. O segundo, João Calvino, converteu-se a doutrina da Reforma em 1533, quando, acusado de heresia, refugiou-se em Basileia, importante cidade da Suíça, oportunidade em que escreveu ‘A instituição da Religião Cristã’. Alguns anos mais tarde, mudou-se para Genebra, fundando as bases do Calvinismo, que em síntese, consistiu na separação entre a Igreja e o Estado, na organização de sociedade suportada por princípios cristão e imposição de rigorosa disciplina aos indivíduos mediante o Consistório – órgão destinado a manter a disciplina religiosa, que pressionava o povo a frequentar a igreja e policiava a vida moral da cidade. Foi considerado o ‘gênio’ da Reforma.”(Silva Neto, pags. 26/24)

Mas uma vez é necessária uma pausa para explicar o cenário em que a Reforma ocorreu, a Igreja havia se corrompido, a religião/religiosidade havia virado um negócio, diga-se de passagem um negócio muito lucrativo, como a Igreja detinha todo o conhecimento, a ciência da época fazia com o povo aquilo que lhe era conveniente além disso a própria Inquisição assustava coagia o povo como dito anteriormente. O que ocorria nas ruas da Europa dessa época é que eram vendidos

terrenos do céu, os eclesiásticos diziam ao povo que se lhe pagassem um determinado preço seriam livres do purgatório, caso contrário arderiam no fogo do inferno onde haveria muito sofrimento. O povo fazia peregrinação para ver objetos sagrados que teriam pertencido aos apóstolos entre tantas outras formas que a Igreja inventou para retirar dinheiro dos fieis e os coagir usando a religião como arma.

“A reforma aspira ir até Deus e o Cristo diretamente, sem passar pela cristandade. Rejeita a cristandade sob todas suas formas. Vê nela uma pura corrupção: a letra dos fariseus ou a carne do paganismo. Ira a Deus sem passar pela cristandade e suas instituições é suprimir a história como intermediária da salvação. Daí a obstinação da Reforma contra todos os intermediários. Em primeiro lugar, contra as mediações tomadas do próprio mundo. Querem tornar o cristianismo independente do mundo, nada lhe dever: nem lei natural, nem filosofia natural, nem direito, nem instituições. Não há nada no mundo que possa ser colocado entre o homem e o Cristo.

Ao admitir as mediações naturais, abre-se caminho para as riquezas da Igreja, para a corrupção das indulgências, para as cruzadas, a avareza dos prelados e assim por diante.

Os reformadores têm uma sensibilidade especial para despistar os elementos do cristianismo tradicional que servem de suporte à entrada do mundo na Igreja e à construção de aparelhos mundanos no cristianismo. São os sacramentos, a hierarquia eclesiástica, a doutrina dos méritos morais, a doutrina da tradição. Pois por cima desses elementos, constroem-se e justificam-se as riquezas, o recurso à filosofia pagã, os grandes trabalhos para a glória da Igreja e assim por diante.” (Comblin, pag. 196)

A Reforma Protestante teve como protagonista Martin Lutero, homem sábio, letrado, inclusive pertencente ao clero da época o que torna sua história ainda mais interessante. Ao ver os abusos cometidos pela Igreja usando a religião como arma Martin começa a tomar providências a respeito, escreve livros, publica as 95 teses que foram anexadas na catedral de Witterberg, tais teses contrariavam tudo aqui que era pregado pela igreja, tudo aquilo que não podia ser questionado inclusive a autoridade do papa. Como a reforma ocorreu dentro do renascimento o pensamento do homem também mudou. O humanismo foi difundido, e o homem passou a ser o centro; mas mesmo nesse cenário Martin ainda tomou uma terceira postura, não colocou nem a igreja, nem o homem no centro de todas as coisas e sim o seu Deus.

Nesse ponto já é possível visualizar algumas diferenças de ótica que ocorreram durante a reforma, mas é possível analisar a semelhança de que era

necessário os estudos das Sagradas Escrituras para que se pudesse viver de forma digna, faz-se necessário esclarecer mais uma vez que durante a Idade Média era a igreja que detinha o poder de tudo, inclusive o cultural, intelectual, logo só era disponível ao povo aquilo que a Igreja entendia ser necessário, inclusive apesar do Latim não ser a língua falada na época, os cultos todos eram feitos em latim, essa era mais uma forma de exercer domínio entre o povo. Com o renascimento e a Reforma ficou evidente que o povo deveria ter acesso as palavras de Deus, inclusive um ponto que auxiliou no renascimento foi exatamente a invenção da imprensa pois com esse instrumento tornou-se viável a publicação de documentos, livros em massa, inclusive o primeiro livro a ser publicado foi a Bíblia , para que toda população tivesse acesso.

“Todavia, é indiscutível que o retorno aos documentos antigos, o imprescindível conhecimento de suas línguas, a explicação filológica dos textos e seu comentário, a pesquisa de seu significado, o conhecimento de sua ambientação cultural, tudo isto constitui um conjunto de preocupações comuns às duas orientações, à humanista como à reformista do século XVI. Entretanto, enquanto o humanista procura o sentido de um texto, para em suma, adquirir conhecimento deste texto em si mesmo, já o reformador busca o significado do texto bíblico com o objetivo de esclarecer e de orientar sua vida segundo a vontade de Deus; enquanto o humanista há de fazer prodígios de erudição para compreender, o reformador procurará abrir-se à inspiração divina, persuadido de que somente Ele será capaz de tornar compreensível o sentido de sua Palavra para aqueles que o procuram. Percebe-se aí, visto tratar-se da explicação da Palavra de Deus (santo) apreendida pelo homem (pecador), o sentido do trágico entre os reformadores e o da estética entre os humanistas. Para eles, a Palavra de Deus constitui uma regra, contida num documento; faz-se mister compreende-la exatamente e aplica-la com retidão.

Contudo, tanto o humanista como o reformador, como tantos, aliás, naquela época, preocupam-se com a reforma da Igreja. O humanista vê esta reforma num ato da Igreja, realizado por motivos de conformidades às regras de um texto recuperado em toda a sua pureza e estabelecido, ao passo que o reformador a visualiza como um ato operado pela Igreja movida pela exigência de salvação, de pureza e de profundidade de vida. Se a Igreja não reagir, o humanista persistirá em sua incúria (lamentando-a talvez) enquanto o reformador, - pelo fato de se tratar para ele de uma questão de vida ou de morte de sua consciência e de sua interioridade, de asfixia ou de irradiação da vontade de Deus, há de prosseguir sozinho a sua obra: demonstrou-o Lutero em Worms, mesmo a despeito da Igreja, e até contra ela, pois era destinada a Deus a obra que estava realizando. Mas ainda há mais: o reformador considerará a Igreja como sendo constituída pela reunião dos fieis e por sua sucessão, ao passo que o humanista não se disporá a abandonar a concepção tradicional da Igreja como a sucessão dos apóstolos, culminando com sua sede em Roma. Assim sendo, dentro da perspectiva reformadora, a reforma da Igreja será feita pela Igreja, mas pela Igreja dos fiéis.”( Boisset, pag. 17/18)

Essa distinção entre a visão humanista e a visão reformadora em relação à igreja é extremamente importante, principalmente porque a visão humanista enclausura religião dentro da igreja de certa forma, uma vez que, a religião irá ditar os preceitos que devem ser realizados pelos fiéis através da igreja. Já no pensamento reformador há sem dúvida religião também, mas ela não fecha a visão do reformador em si mesma, aquele que pensa de forma reformada vê a religião além, não é necessária a igreja para que ela exista, obviamente que o mais adequado seria praticar a religião dentro da igreja em comunhão com os fiéis, mas mesmo que não haja igreja por qualquer motivo que seja, irá persistir no reformador o sentido da religião, ainda haverá uma motivação superior que não necessariamente precisa se exteriorizar dentro de estabelecimentos ou um local qualquer. O fiel será um fiel independente do domínio ou da opressão, ele o faz por livre e espontânea vontade, não há nenhum instrumento de coerção e nem é necessário que haja qualquer instrumento para guiar esse sentimento. A grande ideia da reforma é que o conhecimento liberta. O conhecer das Escrituras Sagradas muda a vida do indivíduo.

Os reformadores muito acrescentaram para vida no Ocidente, foi exatamente essa visão libertadora que fez com que por exemplo o capitalismo se tornasse viável, Lutero em momento algum instituiu o capitalismo ou coisa parecida, porém ampliou a visão da época, os ideais trazidos pelos reformadores não enclausuravam, eles libertavam, apesar de ser a religião o sentimento que os movia, porém eles acrescentaram e muito para os tempos.

Max Weber enxergou na doutrina protestante um grande aliado para o surgimento do capitalismo, Lutero trouxe de volta a ideia do trabalho, de que o homem deveria ser digno do seu sustento, isso mudou a mentalidade da época pois o trabalho não era visto de forma honrosa pela maioria da população haja vista a marginalização que ocorria na época, e weber em sua obra “A ética protestante e o espírito das leis” traz a tona os benefícios que foram obtidos com a reforma protestante entre eles cabe destacar o próprio trabalho.

De forma resumida, tem-se que em sua obra Max Weber parte das seguintes premissas: a sociedade protestante é mais desenvolvida que a sociedade católica. Tal afirmação surgiu da pesquisa feita pelo sociólogo, mas o que embasa a

teoria de Weber é que ao fazer tal pesquisa ele notou que havia superioridade econômica do protestantismo sobre o catolicismo.

E de forma mais ampla é possível observar que dentro do mundo católico as regiões que mais se desenvolveram foram aquelas que diretamente sofreram influência da Reforma Protestante, já as regiões mais atrasadas são aquelas que continuaram na mentalidade antiga pregada pelo Catolicismo Romano.

Um das mais importantes afirmações é de que Martinho Lutero trouxa para dentro da religiosidade questões que não eram eclesásticas. A Igreja católica pregou durante muitos anos de que a vida deveria ser para a Igreja, Lutero entendia que a vida deveria ser para Deus, dessa forma também para o próximo, Lutero começou a ver o trabalho como uma vocação dada por Deus, dessa forma ele deveria ser executado da melhor maneira possível. O Cristão reformado vive a vida para o céu, mas dessa forma faz muito pela Terra, pois sabe que é assim que Deus quer.

“Uma coisa antes de mais nada era absolutamente nova: a valorização do cumprimento do dever no seio das profissões mundanas como o mais excelso conteúdo que a auto realização moral é capaz de assumir. Isso teve por consequência inevitável a representação de uma significação religiosa do trabalho mundano de todo dia e conferiu pela primeira vez ao conceito de Beruf esse sentido. No conceito de Beruf, portanto, ganha expressão aquele dogma central de todas as denominações protestantes que condena a distinção católica dos imperativos morais em ‘praecepta’ e ‘consilia’ e reconhece que o único meio de viver que agrada a Deus não está em suplantando a moralidade intramundana pela ascese monástica, mas sim, exclusivamente, em cumprir com os deveres intramundanos, tal como decorrem da posição do indivíduo na vida, a qual por isso mesmo se torna a sua ‘vocação profissional’.” (Weber, pag. 72)

Outro argumento que legitimam tal consideração feita por Max Weber é que a reforma protestante promoveu o laicato. Ela secularizou os bens que até então somente a Igreja Católica detinha, então a reforma veio para que esse bens pudessem ser usados a favor do Estado, e conseqüentemente do povo pois fazia circular a economia, esse foi um dos fatos que tornou viável o capitalismo.

“Um segundo argumento invoca a secularização da sociedade. A Reforma a favorece. Favorece, portanto, o desenvolvimento das atividades profanas de maneira autônoma. Ela retira os entraves que a Igreja Católica quer manter

em nome dos ideais de cristandade: censura oposta à pesquisa científica ou às novidades técnicas, condenação dos empréstimos a juros, defesa das regulamentações do sistema corporativo e assim por diante. Groethuysen forneceu, sem dúvida, um argumento de peso. Na sociedade católica não há lugar para o burguês nem para a classe média. O catolicismo tradicional exalta os pobres ou os ricos. Exalta primeiro os pobres, que são os privilegiados de Deus. Exalta, em seguida, os governantes que tem por função servir os pobres. Mas não há lugar para intermediários que não são nem ricos nem pobres, mas que se viram por si mesmos. Os pobres são o sinal visível do pecado do mundo. Os ricos são os pecadores chamados a se converter. Para os burgueses, o pecado parece não existir: não há mensagem para eles.” (Comblin, pags. 210/211)

Weber também entendeu que o protestantismo deu chance a classe Média se desenvolver, no caso a Burguesia, pois até então a igreja católica só reconhecia os ricos e os pobres, não havia a possibilidade de haver uma classe intermediária. Porém a reforma prega uma liberdade maior, aquela desvinculada da Igreja. Nesse contexto a burguesia se fortalece auxiliando assim a implantação do sistema capitalista.

Até aqui os lados bons da reforma foram citados, porém como qualquer fato histórico tudo tem seus dois lados da moeda, durante a reforma houve um grande massacre também em nome desse espírito reformador, não que tal massacre tenha sido premeditado pelos reformadores, mas o sentimento religioso leva a extremos, tudo depende de como ele será usado.

É possível analisar a religião como fato transformador, a própria religião saiu em sua defesa dizendo que tudo aquilo que estava sendo feito até então não era compatível com a realidade pregada pro Cristo anteriormente. O que Cristo pregou também foi religião.

A papel ambíguo que a religião pode exercer é fato consolidado. No caso da reforma foi usada como instrumento de libertação, modificação de um sistema absurdo que a mesma religião estava impondo aos fieis. E no caso da reforma ainda, há de observar como fundamentos foram lançados. Os reformadores por exemplo entendiam que os pais deveria educar os filhos, e ensinar inclusive a ler e escrever para que dessa forma pudessem ler as sagradas escrituras e tivessem senso crítico. A religião foi capaz inclusive de povoar um país até então inóspito que posteriormente se tornou uma potencia mundial, como será analisado a seguir

Com a reforma protestante iniciada por Lutero houve também outra reforma feita por João Calvino, ambas as reformas foram contra o sistema vigente na época, a igreja que era o centro de todas as coisas, porém não tinha as sagradas escrituras como real fundamento. João Calvino porém foi mais fundo ao falar de uma outra reforma. Martinho Lutero não queria necessariamente o rompimento com a Igreja Católica Apostólica Romana, queria apenas a reforma da mesma. João Calvino por sua vez queria o rompimento total, uma vez que entendia que a liturgia, o culto e todos os elementos da vida religiosa deveriam ser aquilo que preceitua a bíblia, nada mais, nada menos. João Calvino tinha como fundamento o Velho Testamento e nele baseou grande parte de sua teologia. Ao contrario de Lutero que entendia que deveria ser tirado do Igreja apenas aquilo que a bíblia não citava, João Calvino entendia que necessário era voltar as origens do culto cristão, ou seja, observar mais de perto a religião hebraica, que foi quem deu a base para o cristianismo.

Feita as distinções superficiais entre João Calvino e Martinho Lutero, correndo pela história, tem-se que a Inglaterra foi a primeira a romper com a união entre Igreja e Estado, a história conta Henrique VIII rei da Inglaterra rompeu com a Igreja Católica Apostólica Romana, o rei era casado com Catarina, porém pretendia se casar com Ana Bolena, ou seja, para que isso fosse possível deveria se divorciar. O papa não lhe concedeu o divórcio, dessa forma Henrique VIII rompeu com a Igreja e criou a Igreja Anglicana que possuía ainda muitas semelhanças com a Igreja Católica Romana. Havia outros fatores que levaram o Rei a romper com a Igreja, tais como legitimar seu poder absoluto, e esse foi o principal fator para tal rompimento. O que interesse nesse ponto é que esse rompimento fez com que as ideias reformistas criassem na Inglaterra cada vez mais força.

## **9-A LIGAÇÃO ENTRE A RELIGIÃO E OS DIREITOS HUMANOS**

Durante o artigo alguns pontos da história foram brevemente comentados sendo citadas as influências da religião em cada um deles. Porém, em relação aos benefícios trazidos pela religião há um de suma importância e que envolve o direito como um todo, qual seja, os direitos humanos.

Por trás dos direitos humanos há uma sombra da religiosidade que influenciou o mundo durante a história. Os direitos humanos como o próprio nome diz se trata de direitos inerentes ao homem. A religião influenciou os direitos humanos no ponto em que foi um embrião para seu surgimento. A religião monoteísta vivida pelos hebreus foi quem primeiro caracterizou o homem como criatura de Deus, além do que foi quem primeiro falou em direito natural, falou que há uma moral absoluta escrita no coração do homem e dada por Deus que não deve ser violada.

Diversos filósofos já dissecaram o assunto em relação a qual a fonte que dita aquilo que é certo e errado para o homem, a fonte da moral. C.S. Lewis, em sua obra Cristianismo Puro e simples busca algumas respostas em relação ao direito natural escrito no coração do homem e chega a conclusão que esse direito não é uma criação humana e sim um valor inculcado na vida do homem.

“Considerando a raça humana em geral, no entanto, as pessoas pensavam que a ideia humana de comportamento digno ou decente era óbvia para todos. E acredito que essas pessoas tinham razão. Se assim não fosse, as coisas que dizemos a respeito da guerra não teriam sentido nenhum. Se o Certo não for uma entidade real, que os nazistas, lá no fundo, conhecem tão bem quanto nós e têm o dever de praticar, qual o sentido de dizer que o inimigo está errado? Se eles não têm nenhuma noção daquilo que chamamos de Certo, talvez tivéssemos de combater-los do mesmo jeito, mas não poderíamos culpa-los pela suas ações, da mesma forma que não podemos culpar um homem por ter nascido com os cabelos louros ou castanhos.” (LEWIS— pag. 8)

Há uma lei natural que rege todo o ser humano, uma lei absoluta. Essa lei moral não se convencionou pelos costumes de cada cultura, ou de uma regra que foi transmitida de pai para filho, ou lecionada nas escolas, ou convencionada nas Leis de um país justamente. Tal moral não é uma criação humana. Lewis afirma que diferentemente da matemática que é uma convenção humana a lei moral nunca teve grande divergência nas culturas, e nos tempos. A matemática divergiu com o passar do tempo, cada povo adotava um sistema de contagem porém a Lei Natural como visto anteriormente possui semelhanças de povos para povos, cultura para cultura. Talvez não de maneira expressa, mas na conduta de forma tácita é possível observar que as culturas em alguns aspectos repudiam as mesmas coisas. Para



concluir o raciocínio Lewis ainda põe em questão que o ser humano age da maneira certa ou errada tendo em vista o bem da sociedade.

“Certas pessoas dizem que, apesar de a boa conduta não ser o que traz vantagens para cada pessoa individualmente, pode significar o que traz vantagens para a humanidade como um todo; e, portanto, a coisa não seria tão misteriosa. Os seres humanos, no fim das contas, possuem algum bom senso; percebem que a segurança e a felicidade só são possíveis numa sociedade em que cada qual age com lealdade, e é por perceber isso que tentam conduzir-se com decência... É uma das verdades mais importantes do mundo. Ela só não consegue explicar por que temos tais e tais sentimentos diante do Certo e do Errado. Se eu perguntar: ‘Por que devo ser altruísta?’, e você responder: ‘Porque isso é bom para a sociedade’, poderei retrucar: ‘Por que devo me importar com o que é bom para a sociedade se isso não me traz vantagens pessoais?’, ao que você terá de responder: ‘Porque você deve ser altruísta.’” (LEWIS - pag 8/9)

A conclusão que se chega nesse ponto é que o jus naturalismo, essa ideia de que há um direito natural ao homem, uma vez que não é criação humana tem que ter origem em algum lugar. E foi a religião quem deu a base para o direito natural, uma vez que afirmou que tal direito escrito no coração do Homem foi dado por Deus. Paulo, apóstolo de Cristo, dá em sua carta aos Romanos uma breve definição de direito natural:

“... quando os gentios, que não tem lei, cumprem naturalmente o que a lei manda, embora não tenham lei, servem de lei a si mesmos; mostram que a lei está escrita em seus corações” (Romanos 2,14-15)

O cristianismo é que dá uma resposta ao direito natural quando afirma que quem instituiu esse direito foi o próprio Deus. E é o cristianismo quem primeiro fala da dignidade da pessoa humana. O homem segundo o cristianismo foi criado a imagem e semelhança de Deus, ou seja, foi criado de maneira especial pelo criador de toda a terra, e esse mesmo criador colocou o homem em uma posição privilegiada em relação ao mundo, colocou o homem a cima de toda a criação.

“Tudo gira, assim, em torno do homem e de sua eminente posição no mundo. Mas em que consiste, afinal, a dignidade humana?

A resposta a essa indagação fundamental foi dada, sucessivamente, no campo da religião, da filosofia e da ciência.

A justificativa religiosa da preeminência do ser humano no mundo surgiu com a afirmação da fé monoteísta. A grande contribuição do povo da Bíblia à humanidade, uma das maiores, aliás, de toda a História foi a ideia da criação do mundo por um Deus único e transcendente. Os deuses antigos, de certa forma, faziam parte do mundo, como super-homens, com as mesmas paixões e defeitos do ser humano. Iahweh, muito ao contrário, como criador de tudo o que existe, é anterior e superior ao mundo.

No entanto, a criatura humana ocupa uma posição eminente na ordem da criação. Deus lhe deu poder sobre ‘os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos répteis que rastejam sobre a terra’ (Gêneses 1,26). A cada um deles o homem deu um nome (2,19), o que significa, segundo velhíssima crença, submeter o nomeado ao poder do nomeante.” (Comparato - pag. 13)

Dessa forma a religião foi quem primeiro deu a noção de direito ao homem, até então o homem não tinha muito o princípio de absoluto, quem primeiro falou em direitos e deveres absolutos foi o monoteísmo pregado por Isaías, nesse sentido que começou a se delimitar a ideia de que haviam regras a serem cumpridas, todos os homens eram iguais, e foram criados com o mesmo propósito.

Nesse sentido no livro de Gênesis, a primeira manifestação dos direitos humanos foi tratada logo no início da bíblia, um crime é cometido no seio familiar, irmão mata irmão. Caim é alertado por Deus a respeito do direito de Abel, mas mesmo assim ele assassina seu irmão. Após tal atitude, Caim é reprovado por Deus, que deixa claro o direito que seu irmão Abel possuía de viver e o quanto a vida de um ser humano é importante, é um direito nato do ser, Deus trata com Caim de forma a deixar claro o direito a vida, e as consequências advindas quando este direito é violado.

Deus em toda a bíblia deixa clara as referências de absoluto, Deus deu as Leis a Moisés, e sempre conduziu seu povo com referências. Com um estudo analítico da bíblia, os cristãos passaram a enxergar esses direitos

humanos que Deus já havia citado na bíblia, os direitos naturais que não são impostos pela força ou por decisões unilaterais daqueles que exercem o poder.

“O cristianismo deu uma nova dimensão ao conceito de dignidade humana, sobretudo durante a Idade Média, depois de S. Tomás e com a poderosa influência escolástica. O homem é e todos os homens são filhos de Deus, iguais em dignidade, sem distinção de raça, cor ou cultura. Por outro lado, o homem não é qualquer criatura, participa do divino através da Razão, a qual, iluminada e completada pela Fé (<< recta ratio>>), lhe indica o caminho a seguir. A distinção entre o Bem e o Mal era assim acessível ao homem, que podia conhecer o Direito Natural, anterior e superior ao poder temporal – a Lei divina que governava o universo.” (Andrade - pag, 15).

Em relação aos direitos do homem, há muito mais que se falar, a religião apenas deu o norte aos direitos humanos, há ainda aspectos no campo da filosofia e da ciência que tratam do assunto. Mas o que é importante nesse ponto é que a religião de forma positiva influenciou a criação dos direitos humanos.

Inclusive devido a reforma protestante, que conforme visto foi um movimento de cunho religioso que buscava alterar a forma como a Igreja estava sendo conduzida, houve uma mudança de mentalidade e então conforme os Estados iam aderindo a reforma, tanto de Martinho Lutero e principalmente posteriormente a de João Calvino, mais forte era a idéia de direitos humanos, no sentido de direitos fundamentais

Um importante antecedente dos direitos fundamentais foram os covenants. Os primeiros covenants foram celebrados na Escócia e eram alianças feitas entre o povo e seu governante (o rei). Era um documento formal, escrito, que praticamente fazia lei entre as partes. Seu cunho inaugural era religioso, porém o rei se colocava diante do povo de forma a não violar as liberdades e prerrogativas que o povo possuía em relação a sua liberdade religiosa, e que posteriormente incluiu os direitos naturais que conforme visto foram pela primeira vez firmados pela religião no cristianismo. (Amaral, pag.79)

A religião foi quem legitimou dessa forma pela primeira vez preceituou os direitos e garantias fundamentais, posteriormente vieram o Bill of rights, o Agreement of the People e o instrumento of government. Mas, por força da religião um dos primeiros documentos que confirmaram a liberdade e os direitos humanos foi um documento de cunho religioso.

Sendo assim, é possível visualizar a influência positiva que a religião teve em um aspecto tão essencial da vida humana, inclusive no qual hoje o direito como um todo se debruça.

## 10 CONCLUSÃO

Diante o exposto, extrai-se que a religião dificilmente será delimitada, a abrangência do tema é a característica marcante desse fundamento, uma vez que é justamente essa falta de delimitação que faz com que a religião abranja tantos institutos conforme foi visto no decorrer da história.

A religião não tem um início. Os povos mais primitivos já faziam seus cultos, mesmo antes da escrita já possuíam religião, a religião é algo inerente ao homem, o homem tem a necessidade de um elo com o sobrenatural ou com algo superior a ele, e para tal afirmação há algumas correntes que afirmam que tal necessidade vem de uma imposição cultural, ou do medo que o homem tem de não ter certeza quanto ao seu futuro, a vida após a morte, outros dizem que é algo inerente ao ser humano. Tal afirmação parece ser a mais lógica, a religião é inerente ao ser humano. Mesmo quando o homem não tinha ainda idéia do que era espaço, universo, ele já havia criado seus próprios deuses. Isso só confirma que a religião está no homem.

Justamente pelo fato da religião estar no homem e ser ela o veículo que liga o ser humano a algo superior a ele, isso faz com que haja uma relação de subordinação, e é exatamente esse sentimento de subordinação que faz com que a religião seja um instrumento suficientemente eficaz para legitimar

tantas quantas forem as atitudes almeçadas por aquele que detém a religião em seu poder.

Nesse sentido, deter a religião significa que apesar da religião ser um veículo que liga o homem ao ser supremo, e como por exemplo no caso do cristianismo, ter que Deus inspirou o homem, e Deus usou o homem como instrumento para relatar Sua vontade. A religião de qualquer forma passa pela ótica humana, sempre haverá uma classe dominante que conduz a religião e pode a deturpar ou não conforme sua vontade, ela é usada da forma que é mais conveniente para a classe que dita as regras da religião. E foi exatamente essa deturpação feita pelo homem na religião que tornou possível a perseguição dos cristãos, as cruzadas, a Santa Inquisição.

O homem usou a religião como um instrumento em suas mãos e fez dela aquilo que lhe era necessário para o momento. A religião tem o poder de legitimar tantas quantas forem as ações do homem. Em um país onde a guerra é repudiada, uma guerra em nome de deus, por exemplo, é aceita e louvada pela população. Essa força que a religião tem, todas as vezes que usada de maneira distorcida para satisfazer as vontades humanas, causa tristes episódios na história.

O primeiro dos episódios relatados foi a perseguição da Igreja primitiva, de dentro de uma religião monoteísta, o judaísmo, veio então uma nova religião que foi o Cristianismo, e a intolerância dos judeus não convertidos ao cristianismo originou uma perseguição aos Cristãos que também eram judeus. Nesse ponto da história ocorreu um fato lamentável pois o elo do povo hebreu sempre foi a religião monoteísta, no oriente médio, esse era o único povo que professava somente um Deus, e foi exatamente essa fé que os manteve unidos. Mas a mesma fé que um dia os uniu, também os separou quando eles se perseguiram, pois não houve tolerância dos próprios judeus para com os do seu povo que se converteram ao cristianismo. Exemplo clássico da influência que a religião exerceu de forma benéfica e posteriormente maléfica dentro de um mesmo povo.

A história continuou, anos depois o cristianismo que até então era alvo de perseguição se tornou a religião oficial do Império Romano, o interessante é que o cristianismo pregado por Cristo sempre preceituou a liberdade, mas a

classe dominante, no caso o Estado impôs uma nova religião, fechou as portas da religião para o povo, a monopolizou e fez dela um instrumento forte para a alienação do povo, dessa forma tornou viável a criação do feudalismo. Um povo que estava em expresso desenvolvimento que era o povo Romano, teve sua queda e devido a diversos fatores, dentre eles a alienação do povo, o oriente passou por um retrocesso, houve a ruralização de toda Europa, o desenvolvimento que até então estava ocorrendo se estagnou, houve na verdade um retrocesso. A religião ficou nas mãos do Estado, de uma classe dominante do clero que percebeu quão poderosa era a religião para coagir, alienar e usar o povo.

O cristianismo que até então era pregado para todos, passou a ser exclusividade da igreja, a religião na forma da Igreja passou a dominar as sagras escrituras e coibir o povo a fazer aquilo que lhe era necessário. Houve uma forte disputa de poder entre a Igreja e posteriormente entre a Igreja e o Estado, foi então que a Igreja e o Estado se uniram e o povo ficou a mercê dos mandos e desmandos de ambos.

Nesse tempo, Idade Média, outra religião também vigia no Oriente, porém de forma menos expressiva mas que também buscava novos adeptos, tal religião foi o islã que vinha promovendo a guerra santa, que nada mais era que uma guerra em nome de Alah (deus do islã) em busca de novos convertidos, em contrapartida houve As Cruzadas que foram também uma resposta a Guerra Santa que vinha ocorrendo contra os Cristãos.

Claro que ambas as guerras não possuíam somente o cunho religioso, mas o que é comum em ambas as guerras, é que tanto a Guerra Santa quanto as Cruzadas foram guerras feitas em nome da religião, em nome do deus de ambas as religiões. São manifestações como essa que mostram o poder que a religião possui, poder de levar a população a se mobilizar e guerrear em nome de um ideal, em nome de um deus. A religião tem esse poder de mobilizar Estados, promover guerras, e o que mais estarrece é que aqueles que guerreiam em nome da religião entendem que o fazer de forma justa. Que a guerra em si não é o melhor caminho porém, quando feita em nome de Deus ela é justa, necessária.

Ainda após essas guerras, a própria Igreja em nome da religião passou a perseguir seus fiéis com a intenção de fazer com que os mesmos lhe fossem idôneos e não ousassem descumprir aquilo que ela preceitua. Nesse sentido, a religião através da coação, que foi a Santa Inquisição quis imprimir em seus fiéis uma única forma de pensar. Tornou legítima a tortura, a ausência de direitos dos seres humanos, e tantas outras barbaridades com a finalidade de uniformizar o pensamento para que não houvesse dissidentes, insurgentes contra a religião. Mais uma vez a religião mostra seu poder quando por mais de 100 anos domina uma região abusando de sua autoridade.

Em contrapartida, o que torna a religião fascinante, é que da mesma forma que ela legitimou momentos tão tristes na história, ela também causou uma revolução cultural, história, econômica. A religião quando saiu em sua defesa, mudou as estruturas que até então vigiam pela Igreja Católica Romana e através da Reforma Protestante houve então o retorno a bíblia o que fez com que fosse possível uma mudança cultural na época.

A reforma protestante mudou conceitos como o trabalho, Martinho Lutero em outras palavras pregou que o trabalho enobrece o homem, e que é devido ao homem trabalhar e juntar para si, não pregou a riqueza ou prosperidade porém, mostrou que o trabalho deve ser feito para Deus, logo deve ser feito também de forma excelente, assim com essa mudança de pensamento a classe burguesa voltou a ter voz na sociedade, pois a Igreja Católica Romana ou dava valor aos pobres ou aos ricos, não havia uma preocupação com aqueles que eram intermediários. Com a reforma essa classe passou a ter voz, e isso viabilizou uma mudança econômica por exemplo. O capitalismo foi instituído pois a religião (na forma da Igreja Protestante) tornou viável que uma nova classe fosse criada e outras vozes também tivessem seu espaço.

Ainda em relação a reforma protestante outros momentos históricos foram possíveis tais como a confirmação do parlamentarismo, o rompimento entre a Igreja e o Estado, o que deu maior autonomia ao Estado, ainda a reforma com seu modelo de representativo deu origem ao modelo democrático utilizado nos Estados Unidos da América, e principalmente o nascimento dos direitos fundamentais que teve influencia na religião, com o direito natural, e

também quando pela primeira vez nos covenants, falou-se em direitos fundamentais.

De extrema relevância há também a parcela que cabe a religião em relação aos direitos naturais que tornaram possíveis a possibilidade de se falar em direitos humanos. Esse foi um fato legitimado pela religião de grande importância para a humanidade. Nesse ponto fica evidente a influência benéfica da religião.

Enfim, a religião possui várias facetas, e pode ser utilizada tanto para o benefício da humanidade quanto para o malefício, tudo dependerá da forma como ela será usada, mas inegável é a influência que a mesma possui na história, exatamente por isso esse tema é relevante.

## 10 BIBLIOGRAFIA

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Teoria geral do Estado**. 2. ed., rev. e aum. São Paulo: Saraiva, 2000.

ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na constituição portuguesa de 1976**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2001.

ARRUDA, José Jobson de A. e outros. **História Geral**. São Paulo: Centro de Recursos Educacionais 2008

BARRETO, Tobias. **Crítica de religião**: Aracaju: Secretaria da Educação e Cultura; Brasília: Alvorada, 1978.

BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália: Séculos XV-XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BOISSET, Jean. **História do Protestantismo**, São Paulo: Difusão Européia do livro, 1971.

BUCKLAND, M.A; WILLIAMS, Lukyn; **Dicionário Bíblico Universal**. 3 ed. Trad. Joaquim Figueiredo dos Santos. Flórida: Editora Vida

CARVALHO, Delgado de. **História Geral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 19—



COMBLIN, José. **O tempo da ação**: ensaio sobre o espírito e a história. 1ª Ed., Petrópolis: Vozes 1982

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010

COTRIM, Gilberto Vieira. **Fundamentos da filosofia**: história e grandes temas. 16. ed., ref. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2006.

DE MELO, Saulo. **História da Igreja e o Evangelismo Brasileiro**. 1ª Ed., Maringá: Massoni 2011

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2002.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **O feudalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2002-2005. 519 p. (Coleção a obra prima de cada autor)

HUNT, Dave. **Terrorismo Islâmico**: enfrentando a dura realidade. 1ª Ed., Porto Alegre: Acutal2006

JOHN. **Sobre o poder régio e papal**. Petrópolis: Vozes, 1989. Coleção clássicos do pensamento político

LEWIS, C.S. **Cristianismo Puro e Simples**. 1ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LIPINER, Elias. **Santa Inquisição: terror e linguagem**

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **O feudalismo: economia e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995. 93 p. (Série Princípios38)

OLDENBOURG, Zoé. **As cruzadas**. Trad. de Vania Pedrosa e Maura Ribeiro Sardinha. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Proteção constitucional à liberdade religiosa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

VEYNE, Paul. **Quando o nosso mundo se tornou cristão**. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

